

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**PRECISAMOS FALAR COM EVAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA NARRATIVA
DE MÃES DE ADOLESCENTES INFRATORES**

Bolsista: Jéssica Nayara Cruz Pedrosa, FAPEAM

MANAUS/AM

2015

PRECISAMOS FALAR COM EVAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA NARRATIVA
DE MÃES DE ADOLESCENTES INFRATORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0095/2014

**PRECISAMOS FALAR COM EVAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA NARRATIVA
DE MÃES DE ADOLESCENTES INFRATORES**

Bolsista: Jéssica Nayara Cruz Pedrosa, FAPEAM

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Almeida de Castro

MANAUS/AM

2015

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Fundação de Apoio à pesquisa - FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação e se caracteriza como sub projeto do projeto de pesquisa Bibliotecas Digitais.

RESUMO

O presente estudo é caracterizado enquanto uma análise psicanalítica, através da abordagem qualitativa, da narrativa de três mães de adolescentes em conflito com a lei, internados em um centro socioeducativo na cidade de Manaus, e a posterior correlação dessa análise com a narrativa da personagem Eva do livro *Precisamos Falar Sobre o Kevin*. Buscaram-se pontos de convergência no discurso das mães e da personagem, identificando os mecanismos de defesa utilizados como justificativas para os delitos cometidos por seus filhos. A partir da análise do discurso das mães, os principais resultados encontrados foram: a ausência do desejo materno na concepção do filho, a ausência de figuras paternas, a negação do ato infracional, a responsabilização do outro, bem como a mudança de atitude diante do filho em privação de liberdade. Após a análise do narrativa da personagem, os pontos em comum e as divergências encontradas com os discursos das mães voluntárias orientaram uma discussão psicanalítica a respeito da culpabilização da figura materna.

Palavras-chave: ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI; MÃES; PSICANÁLISE; PRECISAMOS FALAR SOBRE O KEVIN

ABSTRACT

The present research can be characterized as a qualitative, psychoanalytical analysis of the discourse of three mothers of juvenile delinquents inmate in a correctional unit of freedom restraint in Manaus and the way it relates to the book *We Need To Talk About Kevin* main character speech. It attempted to seek convergence points and identify the defense mechanisms used by the mothers in order to justify the children's crime. According to the psychoanalytical discourse analysis, the main results were the absence of father-figure, the denial of the criminal act, the other accountability, and the change of attitude in front of the child in deprivation of liberty.

Key words: ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW; MOTHERS; PSYCHOANALYSIS; WE NEED TO TALK ABOUT KEVIN

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. REFENCIAL TEÓRICO	12
1.1 A função materna	12
1.2 A relação mãe e filho e alguns conceitos fundamentais	12
1.3 A figura paterna	14
1.4 Os mecanismos de defesa	14
1.5 O adolescente e o ato infracional	15
2. METODOLOGIA	16
2.1 Tipo de pesquisa	16
2.2 Critério de inclusão e exclusão	17
2.3 Sujeitos da pesquisa	17
2.4 Análise crítica dos riscos e benefícios	17
2.5 Procedimento de coleta de dados	18
2.6 Categorias de análise	18
2.7 Breve apresentação das mães participantes	19
2.7.1 <i>Eva Um</i>	19
2.7.2 <i>Eva Dois</i>	20
2.7.3 <i>Eva Três</i>	20
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
3.1 Representações sobre o desenvolvimento	21
3.1.1 <i>A rejeição que antecede o filho</i>	22
3.1.1.2 <i>A rejeição de Kevin</i>	23
3.1.2 <i>O filho não existe sem o crime</i>	25
3.1.3 <i>A ausência da figura paterna e figuras masculinas</i>	26
3.1.3.1 <i>O pai de Kevin: uma presença ausente</i>	29
3.1.4 <i>A disciplina intransferível</i>	30
3.2 As justificativas para a criminalidade	32
3.2.1 <i>As influências sociais no desenvolvimento</i>	32
3.2.2 <i>A responsabilidade pela criminalidade está no outro</i>	34
3.2.3 <i>As justificativas para o crime de Kevin</i>	35
3.3 A negação do ato criminoso	36
3.3.1 <i>A desqualificação do crime</i>	37
3.3.2 <i>O crime representado nos profissionais</i>	38
3.3.3 <i>A denúncia como preservação</i>	38
3.4 A relação com o filho no aprisionamento	40
3.4.1 <i>Aprisionamento como aprendizagem</i>	40
3.4.2 <i>A mudança para apoiar o filho</i>	41
3.4.3 <i>As visitas de Eva</i>	
3.5 <i>Eva: um elogio às mães más</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERENCIAS	48
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Repensar o alto índice de adolescentes infratores que abarrotam os centros de atendimento socioeducativo para menores no Brasil (GLOBO.COM, 2013), assim como a crescente manifestação de violência juvenil nas mais diversas sociedades, faz-se cada vez mais necessário. Dentre a gama de fatores facilmente correlacionáveis com a realidade desses jovens, a carência em diferentes contextos sociais e psíquicos tem sido levantada com relevante frequência.

Faz-se preocupante ainda a incidência de crimes violentos cometidos por adolescentes nas últimas décadas. Só nos Estados Unidos, entre 1980 e 1997, os jovens foram responsáveis por aproximadamente 20 mil homicídios, totalizando 19% dos crimes violentos no país (MICHENBAUM, 2001 apud GALLO; WILLIAMS; 2005). No Brasil, onde a taxa também é alta, quase sete mil adolescentes (de 10 a 19 anos) em conflito com a lei foram assassinados no Rio de Janeiro, representando uma média de 37 óbitos por mês (OLIVEIRA; ASSIS, 1999 apud GALLO; WILLIAMS; 2005).

Gallo e Williams (2005) mencionam que:

"No Brasil, país com desigualdades sociais marcantes, a situação é preocupante: os resultados do estudo de Oliveira e Assis (1999) revelam que somente na cidade do Rio de Janeiro a taxa de homicídios praticados por adolescentes de 15 a 19 anos é cerca de duas vezes maior do que a da Colômbia (onde a taxa de homicídios foi de 50,2 por cem mil habitantes de 15 a 19 anos) e dez vezes a dos Estados Unidos, que apresentam uma taxa de homicídios de 10,3 por cem mil habitantes entre 15 e 19 anos de idade."

É importante ressaltar a relevância de se averiguar o discurso familiar-parental, mais especificadamente aqui, o discurso da mãe, e a relação deste com a representação da condição do filho. Contudo, é necessário mencionar que tal estudo não pretende apontar culpados, tampouco estabelecer julgamentos de valores, orientando-se, à priori, para a análise teórico-psicanalítica do discurso por um caráter mais elucidativo, não moral.

Petracco (2007) discute a representação do adolescente infrator, geralmente associado às classes socioeconômicas baixas e à vulnerabilidade social, destacando a complexidade da questão da violência. Citando Rosa (2005), Petracco (2007) aponta a tendência do tema a ser tratado de acordo com um discurso mais vitimizado e queixoso. A autora (2007) menciona que desde Freud (1915), pode-se pensar a violência através de dois vieses, um de caráter traumático pulsional, já que este agride o aparelho psíquico internamente, exercendo uma pressão constante sobre o mesmo, e outro que caracteriza uma violência mais primária, "compreendida como a ação da mãe que, ao atender as necessidades de seu bebê o erotiza e o 'invade' psiquicamente" (AULAGNIER, 1979 apud PETRACCO, 2007).

A compreensão sobre a disposição, a psicodinâmica, e as relações que circundam os jovens infratores faz-se urgente não somente pelo caráter prático-teórico, mas também pelo apontamento de possíveis intervenções que visam, sobretudo, a redução do quadro de violência juvenil contemporânea, promovendo o bem-estar psíquico dos adolescentes, da família, e da sociedade como um todo.

Os estudos psicanalíticos consideram a subjetividade do homem perante a sociedade, exemplificando as situações adversas que caracterizam o psiquismo do mesmo. Através da análise de obras intimamente relacionadas à realidade que representam, possibilita-se a apreensão da natureza humana de forma mais ampla e indiscriminada. Tal afirmação pode ser verificada na correlação direta de narrativas ficcionais com suas respectivas representações na realidade, conforme chama a atenção o presente estudo.

Precisamos Falar Sobre Kevin é um romance de 2003, escrito por Lionel Shriver, colunista do jornal britânico *The Guardian*, vencedor do *Orange Prize* (um relevante prêmio britânico para escritoras da língua inglesa) de 2005, sobre a contribuição da sociedade atual na formação de jovens com transtorno de conduta. O livro relata a psicodinâmica da relação de Kevin, um adolescente de quinze anos, com sua mãe, Eva, através de várias cartas narradas pela última com o intuito de justificar as possíveis causalidades que levaram a cometer o homicídio de onze pessoas, incluindo o pai e a irmã. O livro suscita, com isso, uma extensa reflexão sobre a função materna ao longo do desenvolvimento do sujeito, levantando uma série de representações sociais verificáveis na relação entre mãe e filho.

Para identificar as representações sociais nesse aspecto, é preciso considerá-las enquanto produtos do inconsciente, utilizando recursos que propiciem a sua manifestação. Quando “tomadas como um sistema de interpretação, são capazes de conduzir a nossa relação com o mundo e com os outros e de orientar e organizar as condutas e comunicações sociais” (ESPINDULA; TRINDADE; SANTOS; 2009, p. 139)

A função materna pode ser entendida como uma posição assumida por determinada sujeito, contrapondo a ideia clássica que a associa diretamente à figura da mãe (quem dá à luz), constituindo-se assim perante o agente que veste o outro de significantes. É através dessa operação, mediadora da Lei, que se forma a identificação primária do filho, possibilitando ao mesmo dar consistência à sua própria formação (XAVIER; FERREIRA; PARAVIDINI; 2011).

De acordo com Winnicott (2001), é na presença de uma mãe *suficientemente boa* que a criança pode iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real. Se a *maternagem* não for boa o bastante, a criança “torna-se um acumulado de reações à violação; o *self* verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso *self* que a um só tempo quer evitar e compactuar com as bofetadas do mundo” (WINNICOTT, 2001, p. 17). Entende-se que este pacto muitas vezes se estabelece através da violência e de atos infracionais cuja explicação pode permanecer insolúvel se desconsiderar-se a importância de cada narrativa e contexto.

Já os mecanismos de defesa existem para manter os perigos afastados, ainda que nem sempre sejam bem-sucedidos, muitas vezes inclusive transformando-se em perigo para o sujeito. Eles

geralmente falsificam a percepção interna e a dão somente uma representação parcial do *id*. Cada pessoa utiliza uma seleção variada de mecanismos de defesa que se fixam em seu ego, acarretando algumas restrições e o dispêndio dinâmico do mesmo, o que demanda uma alta economia psíquica (FREUD, 1996). Desse modo, buscar mecanismos comuns a um determinado grupo de sujeitos ajuda a compreender de que maneira os mesmos se constituem.

Considerando como ponto de partida o diálogo proporcionado pela obra de Shriver (2003) com a alarmante situação de menores infratores brasileiros, sobretudo pelo viés socioeducativo e pelo contexto familiar, o presente estudo visou analisar, segundo os conceitos psicanalíticos, o discurso de três mães de adolescentes em conflito com a lei, que cumprem pena em regime fechado, assim como o discurso da personagem Eva, identificando, discutindo, e correlacionando os pontos de convergência e os mecanismos de defesa utilizados nas justificativas para os atos dos filhos.

A aplicação e subsequente análise das três entrevistas realizadas no decorrer do projeto deu-se através do convite informal e dialogado às mães que compareceram ao centro socioeducativo nos dias de visitação programados. Percebeu-se em um primeiro momento o desejo manifesto das mães que foram convidadas a participar da pesquisa, principalmente pela ausência de um espaço na qual as mesmas pudessem falar mais abertamente sobre as suas próprias experiências e os filhos. Porém, a resistência diante do agendamento e, de fato, concretização das entrevistas foi muito significativa.

Podemos entender essa resistência do mesmo modo como colocou Freud quanto aos obstáculos ao tratamento psicanalítico, ou seja, como uma força de repulsão que nos remete a um mecanismo mais infantil do sujeito, sendo necessário proceder com a objetificação e tangibilidade da mesma (CHABERT, 2006). Isto é, foi através da persistência ininterrupta para a remarcação das entrevistas que eventualmente se chegou à realização das mesmas, sendo esta uma situação que se repetiu em todos os casos aqui abordados.

Na obra de Shiver (2003), aspectos fundamentais ao desenvolvimento de Kevin (o filho) são levantados no decorrer de diversos capítulos em formato de cartas, na qual Eva (a mãe) narra a sua trajetória e a do filho, construindo e desconstruindo justificativas que levaram o mesmo à prática do ato infracional. A entrevista semiestruturada permitiu que as mães voluntárias usufríssem mais liberdade ao relatarem seus discursos, sem, no entanto, deixar de lado alguns dos principais aspectos levantados pela personagem.

Através das entrevistas realizadas, percebeu-se claramente a presença de uma tentativa de justificar os delitos dos filhos, presença que norteia toda a obra de Lionel Shriver, ainda que sob diferentes perspectivas. Um dos mecanismos de defesa mais comumente utilizado foi o de distanciamento afetivo dos filhos, percebido em uma narrativa mais vaga e pouco aprofundada sobre aquilo o que seria de interesse dos mesmos, característica presente em Eva desde o princípio da gestação.

O nome do pai, isto é, a representação paterna, foi um importante ponto de convergência em todas as narrativas. Assim como no discurso de Eva (SHRIVER, 2003), as mães trouxeram à tona uma importante discussão sobre a relevância da ausência paterna para a vida do filho, assim como a importância desta figura diante do contexto de estabelecimento de normas e regras sociais. Na obra, o pai apresentado por Eva, embora participe da vida de Kevin, também se estabelece como figura ausente, permissivo e alheio aos aspectos mais importantes do filho.

Através da análise dos pontos de convergência das entrevistas das mães participantes, alguns dos principais aspectos considerados foram as representações da culpa para cada uma delas, nas quais se constatou tanto a presença de uma culpabilidade crítica, quanto a passividade, e também a simples ausência desta. Outros aspectos relevantes foram o distanciando afetivo perante os filhos em conflito com a lei e o discurso sobre uma figura paterna problemática e/ou ausente. Organizando esses pontos em categorias e subcategorias, o presente estudo considera melhor os diversificados conteúdos encontrados nos discursos das mães, assim como possibilita uma ampla correlação com a obra de Shriver (2003).

A quantidade de fatores presentes na narrativa das mães que se correlacionam com a narrativa de Eva não são apenas numerosos, mas significativos. A partir dessa discussão, cabe ressaltar, conforme a crítica presente em *Precisamos Falar Sobre o Kevin* (SHRIVER, 2003), até que ponto a responsabilidade colocada sobre a mãe se distancia daquela que concerne à sociedade como um todo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente fundamentação teórica foi estruturada a partir da identificação das principais temáticas levantadas no decorrer do projeto, desde o momento que antecedeu a prática das entrevistas, com o levantamento bibliográfico sobre o tema principal, isto é, a relação da mãe e do filho em conflito com a lei, até o momento subsequente a esta, onde os conteúdos foram percebidos através da análise do discurso das mães participantes.

Dessa forma, foram considerados como aspectos fundamentais para a posterior discussão dos resultados, tanto as concepções psicanalíticas mais clássicas sobre a importância da função materna, através de uma breve discussão sobre o conceito, quanto a implicância desta para o filho frente ao ato infracional, a forma como ambas as coisas se relacionam, bem como a função paterna e os mecanismos de defesa, ambos levantados na análise dos resultados.

1.1 A função materna

A função materna pode ser compreendida como uma posição assumida pela pessoa que deposita um genuíno desejo sobre a criança, nem sempre aquela que tem vínculos sanguíneos com a mesma. Dessa forma, não pode ser confundida com a figura da mãe biológica. Esse desejo, inconsciente ou não, faz-se fundamental para compreender como a função materna se estabelece.

A partir dos estudos de Lacan (1986) *apud* Xavier, Ferreira e Paravidini (2011), sabe-se que o Outro designa um lugar simbólico que é inconscientemente ocupado pelo homem em sua relação com o meio. Essa ordem simbólica é constituída a partir de um sistema de representações baseado na linguagem. É importante destacar esse conceito, uma vez que o mesmo foi elaborado a partir do estágio do espelho, quando a criança passa a dominar sua imagem corporal através da identificação com a imagem de um semelhante, sendo este o Outro original, que atende as necessidades básicas da criança, ou seja, o agente materno.

Segundo Coriat e Alfredo Jerusalinsky (1987), como cita Escobar (2012), é a mãe quem se ocupa da economia do gozo do bebê, isto é, do olhar, da voz, da alimentação, da retenção de fezes e do sono, de modo que se estabeleça um circuito pulsional que não necessita do Outro para se satisfazer. Nos cuidados que dedica ao filho, a mãe antecipa um lugar ao bebê e é nessa antecipação que ele se instaura enquanto sujeito.

No entanto, essa antecipação só toma forma a partir de um registro imaginário na relação da mãe com a criança que se interliga a uma série de experiências transgeracionais. Tal transmissão psíquica toma início ainda no período pré-natal, no filho que a mãe imagina, na relação da mesma com o pai, de forma geral, no modo que a criança é recebida ao mundo (LEBOVICI, 2004 *apud* ESCOBAR, 2012). Daí a importância de se considerar todas as etapas no desenvolvimento na relação mãe e filho.

1.2 A relação mãe e filho e alguns conceitos fundamentais

Para compreender melhor como se estabelece a relação mãe e filho na psicanálise é necessário retomar alguns conceitos fundamentais. Ainda que essa relação se estabeleça a partir de diversas etapas e heranças individuais, é possível discutir algumas fases comuns a essa díade a partir de alguns teóricos que se dedicaram ao estudo abrangente dessa complexa relação, dentre os quais destacam-se Freud, Lacan e Winnicott.

Ainda no surgimento da psicanálise, Freud (1996) postulou que um momento muito importante para a constituição do sujeito se encontra na cena edípica, “o Édipo não é somente o 'complexo nuclear' das neuroses, mas também o ponto decisivo da sexualidade humana (...), é a partir do Édipo que o sujeito estrutura e organiza o seu vir-a-ser” (MOREIRA, 2004).

Não há uma equivalência na passagem do Complexo de Édipo para meninos e meninas. Ainda que inicialmente ambos tenham a mãe como primeiro objeto de amor, o destino desse investimento assume formas diferentes para ambos. No caso do menino, a mãe continua sendo o objeto libidinal e, à medida que se percebe a natureza da relação do pai e da mãe, o pai é escolhido como rival (FARIAS e LIMA, 2004).

Para Xavier, Ferreira e Paravidini (2011), o ponto central do Complexo de Édipo está na percepção do sujeito de sua exclusão nessa relação parental. Se a resolução edipiana não ocorrer adequadamente, o Superego, uma das instâncias da personalidade descritas por Freud, ficará fragilizado. Por ser o herdeiro direto do Édipo, o Superego expressa a interiorização das interdições dos pais e a internalização das regras para que haja a inserção cultural do sujeito.

Winnicott (2001, p. 15) coloca que a preocupação materna primária parte, dentre outras coisas, da capacidade da mãe de desviar investimentos de seu próprio *self* para o bebê. A fim de formá-lo um ser íntegro e congruente, o desenvolvimento do *self* é propiciado a partir de uma espécie de fusão do filho com a mãe que, principalmente no final da gravidez e nas primeiras semanas de vida do bebê, passa a ver as necessidades de ambos como uma única coisa (WINNICOTT, 1963 *apud* MONTEIRO, 2003).

Somente na presença de uma mãe suficientemente boa a criança pode iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real. Se a maternagem não for boa o bastante, a criança “torna-se um acumulado de reações à violação; o *self* verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso *self* que a um só tempo quer evitar e compactuar com as bofetadas do mundo” (WINNICOTT, 2001, p. 17). Para que a maternagem seja boa o bastante, o autor discorre sobre três funções fundamentais para os primeiros meses do bebê; o *holding*; o *handling*; e a apresentação dos objetos.

O *holding* caracteriza uma fase na qual o bebê está em dependência absoluta e precisa de todos os cuidados constantes da mãe para se sentir devidamente amparado e em segurança. Essa fase está relacionada ao carregar no colo, gerando a sensação de confiança, e atender às necessidades básicas de todo bebê, como mantê-lo limpo, alimentado, e aquecido (WINNICOTT, 2001, *apud* MONTEIRO, 2003). O *handling* diz respeito ao contato manual da mãe com as diversas partes do corpo do bebê. Isto é, a forma como ele é tratado e manipulado. Já na *apresentação dos objetos*, Winnicott, (2001)*apud*Monteiro (2003) ressalta o impulso criativo da criança, sendo a fase também chamada de realização.

1.3 A figura paterna

A importância da figura paterna como elemento estruturante na vida do sujeito, como supracitado na instauração do complexo de Édipo, é reconhecida como um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. A necessidade dessa figura ocorre quando a criança se vê inserida no triângulo edípico quando bebê e novamente na adolescência, "quando a maturação genital obriga a criança a definir seu papel na procriação, havendo um movimento mais intenso na adolescência para que o filho alcance maior autonomia", de acordo com Benczik (2011, p.69).

Para Aberastury (1991) *apud*Benczik (2011), ainda que o lugar do pai, entre seis e doze meses, não seja tão destacado quanto o da mãe na literatura técnica, o contato corporal entre este e o filho também é referência na organização psíquica da criança. Esse lugar também é muito trabalhado na literatura lacaniana, na qual:

(...) o pai é o primeiro outro que a criança encontra fora do ventre de sua mãe, sendo ele indistinto para o recém-nascido, mas ao bloquear o desejo incestuoso, sua figura vai se diferenciando, permitindo o nascimento da interioridade do filho e desfaz, assim, a fusão entre o eu e o não eu, o pai encarna inicialmente a não mãe e dá forma a tudo que não seja ela. A presença do pai é que poderá facilitar à criança a passagem do mundo da família para o da sociedade. Será permitido o acesso à agressividade, à afirmação de si, à capacidade de se defender e de explorar o ambiente. (CORNEAU, 1991 *apud* BENCZIK, 2011, p. 69)

Desse modo, as implicações do discurso materno sobre a participação ou a ausência dessa figura no desenvolvimento do filho não podem ser subjugadas.

1.4 Os Mecanismos de Defesa

Os mecanismos de defesa podem ser entendidos como o conjunto de ações efetuadas pelo ego em resposta aos perigos do id, do superego e do ambiente externo ao sujeito. Essas operações defensivas não são exclusivamente patológicas e normalmente auxiliam o sujeito na adaptação e no equilíbrio de sua personalidade (CHVATAL, BÖTTCHER-LUIZ e TURATO, 2008).

Para Freud (1937/1995, p. 270):

Os mecanismos de defesa servem ao propósito de manter afastados os perigos. Não se pode discutir que são bem sucedidos nisso, e é de duvidar que o Eu pudesse passar inteiramente sem esses mecanismos durante seu desenvolvimento. Mas é certo também que eles próprios podem transformar-se em perigos. Às vezes se vê que o Eu pagou um preço alto demais pelos serviços que eles lhe prestam. O dispendido dinâmico necessário para mantê-los, e as restrições do Eu que quase invariavelmente acarretam, mostram ser um pesado ônus sobre a economia psíquica. Ademais, esses mecanismos não são abandonados após terem assistido o Eu durante os anos difíceis de seu desenvolvimento. Nenhum indivíduo, naturalmente, faz uso de todos os mecanismos de defesa possíveis. Cada pessoa não utiliza mais do que uma seleção deles, mas estes se fixam em seu Eu. Tornam-se modalidades regulares de reação de seu caráter, as quais são repetidas durante toda vida, sempre que ocorre uma situação semelhante à original.

De acordo com Gomes (2003), o uso dos mecanismos de defesa é comum a todos, sendo que o que diferenciaria a seleção destes em questão de uma melhor capacidade adaptativa até a presença de uma doença mais grave seria a intensidade e a frequência do uso de determinado grupo de mecanismos, sendo eles mais ou menos maduros. Dessa forma, a identificação de alguns mecanismos comuns a um grupo ou outro de sujeitos, sob um mesmo contexto social, permite compreender melhor a forma que o mesmo se desenvolve e estrutura perante as adversidades.

1.5 O adolescente e o ato infracional

Repesando o adolescente no mundo, especificamente aquele que em algum momento entra em conflito com a Lei, através de atos infracionais, torna-se necessário retomar a importância das funções maternas e paternas e a forma que estas figuras se inscreveram no desenvolvimento do sujeito. É importante lembrar que:

A adolescência sempre se caracterizará por um período de crise, independente dos aspectos socioculturais presentes no processo. Quanto à intensidade desta crise, ela será maior ou menor dependendo de como tenha sido os pontos de fixação e as características regressivas durante a infância (XAVIER, FERREIRA, PARAVIDINI, 2011, p. 15).

Por mais que Freud (1996) tenha considerado a principal função do complexo de Édipo com sendo a inserção do sujeito na cultura, ele também esclareceu que essa inserção não é fácil, advindo de um grande mal estar, mais tarde retomado por Lacan, com a inserção do sujeito na linguagem. A inserção da criança na linguagem está ligada à função paterna uma vez que somente a mãe atravessada pela castração conteria em seu discurso o Nome do Pai. Assim, cabe a função materna ligar o filho a essa ordem de filiação, mediadora da lei (XAVIER, FERREIRA, PARAVIDINI, 2011).

Petracco (2007) discute a representação do adolescente infrator, geralmente associado às classes socioeconômicas baixas e à vulnerabilidade social, destacando a complexidade da questão da violência. Citando Rosa (2005), Petracco (2007) aponta a tendência do tema a ser tratado de acordo com um discurso mais vitimizado e queixoso. A autora (2007) menciona que desde Freud (1915), pode-se pensar a violência através de dois vieses, um de caráter traumático pulsional, já que este agride o aparelho psíquico internamente, exercendo uma pressão constante sobre o mesmo, e outro que

caracteriza uma violência mais primária, "compreendida como a ação da mãe que, ao atender as necessidades de seu bebê o erotiza e o 'invade' psiquicamente" (AULAGNIER, 1979 apud PETRACCO, 2007).

Uma vez que essas funções não ocorrem em congruência durante o desenvolvimento do sujeito, podemos pensar em alguns elementos ausentes na constituição do adolescente em conflito com a lei, para o qual o ato infracional pode ser considerado:

(...) como um discurso endereçado ao *Outro*, como um sintoma que simboliza o "lugar" deste adolescente na sociedade, que na verdade é o da falta de lugar e, ao contrário do que se pensa, ele não está se comportando de forma rebelde como qualquer outro adolescente, mas está na verdade reificando seu lugar (XAVIER, FERREIRA e PARAVIDINI, 2011, p.16).

Repensar o lugar que tem sido destinado ao adolescente infrator, geralmente caracterizado como um "não-lugar", a partir do momento em que o mesmo é privado de sua liberdade e institucionalizado, mostra-se cada vez mais necessário, especialmente quando este sintoma também é reconhecido no discurso materno.

A sociedade também se mostra sintomática quando aborda a violência de forma unilateral, ignorando todos os outros aspectos do sujeito que estão implicados nessa relação com o outro e com a lei. Foi a partir desse entendimento, sob um ponto de vista teórico e prático, que o presente estudo se aprofundou na análise dos discursos, atentando para o lugar que as mães destinaram a si mesmas e aos filhos.

2. METODOLOGIA

2.1. Tipo de Pesquisa

Foi realizada uma análise comparativa do discurso narrativo de três mães de adolescentes em conflito com a lei, segundo a abordagem Psicanalítica, buscando identificar pontos de convergência, possíveis problemáticas, e os mecanismos de defesa utilizados pelas mesmas para justificar as infrações cometidas pelos filhos. Desse modo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, através da utilização de entrevistas semiestruturadas.

Pesquisar em Psicanálise significa ir além do objeto de estudo como este é apresentado, orientando-se pelo referencial teórico do pesquisar e pelo modelo de escuta analítica. A transmissão do saber em Psicanálise não ocorre de maneira direta, mas através de uma construção teórico-prática de cunho subjetivo. "O trabalho acadêmico deve, assim, levar a interrogação teórica até um ponto de obstáculo ou até certo ponto onde um obstáculo pode ser vislumbrado. Esse ideal científico há de estar no horizonte" (PINTO, 1999, p. 76 apud MEZÊNCIO, 2004).

Uma pesquisa qualitativa em Psicologia, por sua vez, "considera a ciência como uma construção da subjetividade humana, em uma forma particular e dentro de um determinado sistema teórico." Na pesquisa qualitativa a investigação interfere no objeto a ser investigado e, por isso, não há neutralidade daquele que a executa. A partir da interação, o investigador age sobre o objeto que

pretende estudar, sendo assim, é preciso considerar as influências tanto diretas quando indiretas, conscientes e inconscientes, do pesquisar sobre a própria pesquisa (REY, 1998 apud PINTO, 2005). Pode-se dizer que:

Essa metodologia de investigação visa principalmente a detectar as regularidades contidas em um conjunto de elementos que, direta ou indiretamente, poderão adquirir uma significação para a teoria, seja porque ainda não foram integradas na construção teórica ou vêm a confirmar hipóteses teóricas específicas. Assim, essa forma de pesquisa científica busca realizar uma integração teórica sobre as relações entre eventos ou processos (PINTO, 2005).

Para a elaboração da entrevista semiestruturada, foi utilizado o método de análise comparativa das narrativas, presente da Literatura Comparada, que se define pela elaboração de contrastes e analogias, onde os traços do personagem são analisados como se este pertencesse a um caso clínico. Eva, personagem do livro *Precisamos Falar Sobre o Kevin* (SHRIVER, 2003), será considerada segunda esta perspectiva. “Essa forma de pesquisa entende que o caso é originário de um processo de atenção equiflutuante de um pesquisador, para quem um determinado detalhe de discurso chama a atenção pelas ressonâncias na sequência discursiva” (CARVALHAL, 1994 apud COUTINHO; DAGORD; CERVO; JANOVIK, 2009, pag. 36).

2.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram considerados critérios de inclusão: a) ser mãe de um adolescente infrator que esteja internado em regime fechado em um centro socioeducativo; b) Ter idade igual ou superior a 25 anos; c) Aceitar participar voluntariamente da pesquisa; c) Concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram considerados como critérios de exclusão: a) Não preencher um dos critérios de inclusão; b) Não comparecer à entrevista marcada; c) Recusar-se a responder 50% ou mais dos questionamentos da entrevista.

2.3 Sujeitos da pesquisa

Foram entrevistadas três mães voluntárias de adolescentes em conflito com a lei, segundo os critérios de inclusão e exclusão.

2.4 Análise crítica dos riscos e benefícios

A Resolução 196/96 CNS-MS prevê que pesquisas com seres humanos podem apresentar danos e riscos imediatos ou futuros aos sujeitos pesquisados. Visto isso, avalia-se que os riscos aos participantes das atividades em questão foram mínimos e podem configurar-se como constrangimentos

aos entrevistados. Sendo assim, ressalta-se o compromisso de atender a todas as exigências éticas, abrangendo a coleta e análise dos dados adquiridos foi assegurado.

2.5 Procedimento de coleta de dados:

Em um primeiro momento, as participantes voluntárias foram submetidas a uma entrevista semiestruturada, também desenvolvida de acordo com a análise comparativa da personagem. Uma entrevista semiestruturada se caracteriza principalmente pela elaboração de perguntas básicas, apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema sugerido. Tais perguntas permitem o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas das entrevistadas. O foco principal é, dessa forma, colocado pelo investigador-entrevistador (TRIVIÑOS, 1987 apud MANZINI, 2004).

Segundo a supracitada colocação, a demanda observada na personagem Eva foi utilizada como foco de orientação para os questionamentos. Após a transcrição da entrevista, as respostas foram avaliadas e comparadas entre si, através da elaboração de categorias, sob uma ótica interpretativa fundamentada na psicanálise.

Nesse segundo momento, o discurso foi analisado, buscando-se convergências que permitiram elaborar as seguintes categorias descritivas: 1) Representações sobre o desenvolvimento; 1.1) A rejeição que antecede o filho; 1.2) O filho não existe sem o crime; 1.3) A ausência da figura paterna e figuras masculinas; 1.4) A disciplina intransferível; 2) As justificativas para a criminalidade; 2.1) As influências sociais no desenvolvimento; 2.2) A responsabilidade pela criminalidade está no outro; 3) A negação do ato criminoso; 3.1) A desqualificação do crime; 3.2) O crime representado nos profissionais; 3.3) A denúncia como preservação ; 4) A relação com o filho no aprisionamento; 4.1) Aprisionamento como aprendizagem; 4.2) A mudança para apoiar o filho.

As categorias refletiram resumidamente a realidade dos diferentes momentos relatados. Com a interpretação dos dados, as categorias e seus descritores foram correlacionadas com o referencial teórico psicanalítico.

Em um último momento, abrangendo o terceiro objetivo específico da pesquisa, todas as categorias elaboradas a partir da análise do discurso das mães entrevistadas foram ampliadas a partir da correlação desses resultados com a análise do discurso da personagem principal do livro de Lionel Shriver, *Precisamos Falar Sobre o Kevin*. As novas categorias podem ser dispostas conforme organização no quadro a seguir. As discussões levantadas também foram orientadas segundo o referencial teórico psicanalítico.

2.6 Categorias de análise.

Categorias	Subcategorias
1. Representações sobre o	1.1 A rejeição que antecede o filho

desenvolvimento	1.1.2 A rejeição de Kevin 1.2 “Mãe é a última que sabe”: o filho que não existe sem o crime 1.3 A ausência da figura paterna e figuras masculinas 1.3.1 O pai de Kevin: uma presença ausente 1.4 A disciplina intransferível
2. As justificativas para a criminalidade	2.1 As influências sociais no desenvolvimento 2.2 A responsabilidade pela criminalidade está no outro 2.3 As justificativas para o crime de Kevin
3. A negação do ato criminoso	3.1 A desqualificação do crime 3.2 O crime representado nos profissionais 3.3 A denúncia como preservação
4. A relação com o filho no aprisionamento	4.1 Aprisionamento como aprendizagem 4.2 A mudança para apoiar o filho 4.3 As visitas de Eva
5. Eva: um elogio às mães más	

Tabela 1. Categorias e subcategorias da Análise de Conteúdo

2.7 Breve apresentação das mães participantes

Três mães participaram do presente estudo. A partir das entrevistas, alguns dados básicos foram coletados sobre as mesmas, assim como outros mais específicos sobre a condição de aprisionamento dos filhos e a situação que a ocasionou. Segue um breve resumo dos relatos de cada uma, sendo elasaqui nomeadas por Eva Um, Eva Dois e Eva Três de acordo com a ordem em que foram realizadas as entrevistas.

2.7.1 Eva Um

Eva Um é uma mulher de 40 anos, nascida no município de Codajás no interior do Amazonas. É mãe de dois filhos, sendo o mais novo aquele cujo caso de conflito com a lei é aqui relatado. Seu filho foi internado em uma instituição socioeducativa após ter sido indiciado pelo furto de algumas bolsas. Na qual cumpriria a pena reduzida de quatro meses. Ela não mantém contato com o pai dele desde que o mesmo tinha um ano. Casou-se novamente com outro homem, que faleceu de parada cardíaca quando o filho mais novo tinha aproximadamente sete anos. Atualmente vive na casa de uma irmã.

2.7.2 Eva Dois

Eva Dois tem 34 anos e é amazonense, nascida em Manaus. O primeiro filho, o adolescente aqui mencionado, foi fruto de um relacionamento rápido. Quando engravidou, Eva Dois terminou o namoro sem contar ao pai sobre a gestação. Nos primeiros anos, o filho viveu sob os cuidados da mãe de Eva Duas. Quando ele tinha dois anos, ela casou-se com outro homem, pai de seus outros filhos. Separaram-se quando o filho mais velho tinha dez anos, o que a levou a passar o dia inteiro fora de casa, trabalhando. Relata que acredita ter sido nessa época que o filho começou a passar mais tempo fora de casa e conheceu pessoas que o levaram às drogas. O filho está atualmente internado após a denúncia dela de que ele estava roubando as coisas de casa.

2.7.3 Eva Três

Eva Três tem 35 anos e é casada com um homem aproximadamente 40 anos mais velho. Nasceu em Lábrea, no interior do Amazonas, e juntou-se com o atual marido quando estava grávida do primeiro filho, de outro homem, aos quinze anos. Seu segundo filho encontra-se em um centro socioeducativo por ter esfaqueado outro homem quando estava sob o efeito de drogas. Ela relata que o mesmo começou a usar drogas por volta dos doze anos e abandonou a escola aos 13, desde então foram feitas várias internações em centros de reabilitação, todas seguidas por recaídas. Além dele, ela tem mais dois filhos mais novos.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através das entrevistas realizadas, percebeu-se claramente a presença de uma tentativa de justificar os delitos dos filhos, presença que norteia toda a obra de Lionel Shriver, ainda que sob diferentes perspectivas. Alguns dos mecanismos de defesa mais comumente utilizados foram a negação e o distanciamento afetivo dos filhos, percebido em uma narrativa mais vaga e pouco aprofundada sobre aquilo o que seria de interesse dos mesmos, característica presente na personagem Eva desde o princípio da gestação.

A seguinte análise dos resultados foi estruturada a partir da elaboração de categorias que consideraram principalmente as convergências nos discursos das mães. Uma vez elaboradas essas categorias, elas foram divididas em subcategorias com os relatos mais frequentes dentro do discurso analisado em cada uma. A discussão de cada categoria e subcategoria se sucedeu a partir do uso de um referencial psicanalítico, do qual a fundamentação teórica do presente estudo foi utilizada como ponto de partida.

Em um segundo momento da pesquisa, novas categorias foram acrescentadas a algumas das subcategorias já existentes, nas quais se dialogaram os resultados obtidos através das entrevistas com as mães e aquele presente na narrativa da personagem de Lionel Schriver (2006), indicada apenas como *Eva*, por ter sido o ponto de partida para o nome fictício das participantes.

As novas categorias apontaram tanto as convergências quanto as divergências encontradas entre as mães e a personagem, sendo levantadas de acordo com a relevância demonstrada pela narrativa de Eva. Em outros casos, as correlações foram realizadas dentro das categorias já existentes. Para isso, foram utilizadas algumas citações de *Precisamos Falar Sobre o Kevin* que correspondem ao discurso de Eva da mesma forma que os discursos das mães que justificaram cada categoria. Dessa forma, a personagem é citada como se fosse uma quarta mãe entrevistada.

3.1 Representações sobre o desenvolvimento

Foi através das representações presentes nos discursos das mães que percebemos de que forma a dinâmica da relação entre mãe e filho se estabelece no imaginário de cada uma, onde se encontram os pontos de convergência e divergência na maneira de interpretar a situação do adolescente em conflito com a lei, do aprisionamento socioeducativo e, essencialmente, como foram vivenciadas as diferentes etapas do desenvolvimento do filho e de que forma estas podem se relacionar ou não com o ato infracional.

Percebeu-se que as convergências foram bem mais frequentes do que as divergências no que tange as condições e os desdobramentos do desenvolvimento do filho, desde o momento da gestação. Os pontos que mais se diferiram se encontraram na forma de lidar com a situação do filho em privação

de liberdade e na tomada de consciência da responsabilidade perante a condição dos mesmos. Considerando a importância dada pelas três mães a todos esses aspectos, foram elaboradas as seguintes subcategorias de resultados.

3.1.1 A rejeição que antecede o filho

Quando se pensa na condição de mãe, pensa-se também na condição de um sujeito desejante, isto é, aquele que deseja um filho. O modo como o sujeito se posiciona diante desse desejo, segundo a teoria psicanalítica, vai delimitar a inserção do bebê no mundo da linguagem, uma vez que será a partir disso que a presença de um terceiro, o agente paterno, será admitida ou não para barrar a dualidade mãe-bebê. A ausência desse desejo tem implicações diretas sobre as demais etapas de desenvolvimento do filho, especialmente no que diz respeito à proteção e proximidade das figuras primárias (XAVIER, FERREIRA, PARAVIDINI, 2011).

Essas figuras tem relação direta com a maternagem que, na perspectiva da Teoria do Apego de Bowlby (1988/1989) *apud* Gauer, Vasconcellos, Davoglio (2012), consiste na relação afetiva e na prestação de cuidados fundamentais para a criança. O estilo de apego que a criança desenvolverá será definido a partir dos tipos de cuidados recebidos pela mãe e da qualidade dos mesmos, caracterizando o apego como uma espécie de vínculo cujo senso de segurança se conecta diretamente à figura materna. A partir disso serão construídas as bases para as futuras relações sociais do sujeito.

Ainda que a rejeição propriamente dita não tenha estado presente no caso das três mães entrevistadas, todas caracterizaram a gravidez como sendo indesejada. No caso da primeira mãe, aqui indicada como *Eva Um*, a ausência do desejo foi verbalizada no momento em que poderia ou não abandonar o filho, como de fato pensou em fazer, juntamente com um elemento transgeracional, isto é, passado de geração para geração familiar, ao mencionar que este parecia ser também o desejo de sua própria mãe:

Aí a minha mãe, ela não, depois que eu me separei, ela parece que ela não queria, né? Que eu morava com ela. (Eva Um)

O abandono em si apenas não se concretizou por causa da intervenção de uma tia, conforme cita:

Aí eu disse que eu ia dar, eu ia dar pra uma mulher muito rica, aí a minha tia pegou e disse “você não vai dar, que você não é cachorra, cachorra que dá os filhos”.(Eva Um)

A ausência desse desejo pelo filho se estendeu para além da gravidez, fazendo-se presente inclusive no diálogo dos dois, podendo ser vista como uma tradução do momento em que o mesmo foi introduzido ao mundo e como a manutenção dessas circunstâncias na relação de ambos, ainda que de forma supostamente descontraída e sem importância. Importância esta que pode ser questionada desde

o princípio, uma vez que mesmo após a decisão de ficar com o filho, *Eva Um* continuou negando a sua existência ao não adquirir nada para a sua chegada.

Então eu falo pra ele, 'meu filho, você não era pra ter vindo não, 'cê veio de enxerido (ri), aí ele fica assim... (Eva Um)

Eu não tinha nada dele, não tinha nada-nada. (Eva Um)

No caso da segunda mãe, nomeada como *Eva Dois*, a notícia da gravidez chegou inesperadamente como fruto de um relacionamento curto com um namorado na época, figura que ela fez questão de rejeitar no momento em que soube da existência do filho. No entanto, não foi apenas um rompimento afetivo com a pessoa do pai, mas uma alienação, pois não chegou a contar ao mesmo sobre a sua gravidez, tampouco apresentou o filho após o nascimento.

Engravidei e não quis mais saber do pai dele. Quando eu soube, só fui embora, nem contei pra ele. Naquela época eu tinha essa cabeça. (Eva Dois)

A terceira mãe entrevistada, *Eva Três*, era a única que se encontrava em um relacionamento conjugal estável quando soube que estava grávida, mas ainda assim não foi uma gestação esperada.

Não... Foi não. (Eva Três)

Ao contrário do que se pode esperar de um filho que seja fruto de um relacionamento mais estável, em comparação com o momento da concepção das outras duas mães, em *Eva Três* percebemos respostas bem mais sucintas e certa apatia pelos relatos sobre o filho. Tanto a rejeição quanto a apatia se fazem presentes na narrativa de *Eva*, que traz um amplo repertório para exemplificar de qual forma sua posição diante do nascimento de seu filho em muito se assemelha com os das três *Evas* entrevistadas.

3.1.1.2 A rejeição de Kevin

Divergindo das mães entrevistadas, a gravidez de *Eva* foi planejada, mas esse aspecto importante não muda o fato de que desde o momento que antecedeu a gestação, o filho Kevin não foi desejado. Esse filho veio ao mundo sob o estigma de ser apenas uma moeda de negociação na relação de sua mãe com o pai, algo que mais tarde se mostrou insuficiente. Antes de decidir engravidar, *Eva* inclusive enumerou para o marido uma série de razões que justificavam a sua decisão de não ser mãe.

1. Pentelhação.

(...)4. Virar uma vaca gorda. (Eu era esbelta e preferia ficar como estava. Minha cunhada teve varizes durante a gravidez, aquelas veias enormes nas pernas dela nunca mais desincharam e a perspectiva de ver minhas panturrilhas se ramificando em radículas azuis me torturava mais

do que eu poderia admitir. De modo que não admiti nada. Sou vaidosa, ou já fui um dia, e uma de minhas vaidades era fingir que eu não tinha vaidade.)

5. Altruísmo artificial: ser forçada a tomar decisões segundo o que é melhor para uma outra pessoa. (Eu sou pavorosa.)

6. Redução nas minhas viagens. (Note que eu disse redução. Não fim delas.)

7. Tédio enlouquecedor. (Eu achava criança pequena uma chatice inominável. E, desde o princípio, sempre admiti isso para mim mesma.)

(...)Eram razões egoístas, maldosas e mesquinhas, de sorte que qualquer mulher que compilasse uma tal lista e optasse por manter sua vidinha arrumada, sufocante, estática, ressequida, sem saída e sem família era não apenas míope como também pavorosa. (Eva, p. 35)

Eva, como ressaltado nas últimas três linhas que concluíam a lista, reconhecia indiretamente todas as características que não faziam dela uma mãe suficientemente boa, mas reconhecê-lo implicava em se assumir diante da sociedade enquanto uma pessoa “míope” e “pavorosa”. Da mesma forma que *Eva Um*, que quase escolheu não ter o filho por conta da própria mãe, mas optou por não dá-lo após o nascimento por causa da tia, a escolha de ter o filho pesou sob a influência do olhar dos outros mais do que sob a ausência de desejo da mãe.

Por outro lado, diferente de *Eva Três*, que não era mãe de primeira viagem, *Eva* também demonstrou em seu discurso um sentimento de medo diante da maternidade. Acompanhado da baixa disposição para ser mãe, *Eva* tinha um forte receio de todas as mudanças que poderia sofrer, principalmente porque estas implicavam em um risco de abandono e dissociação.

Tinha medo de virar aquela figura arquetípica na soleira da porta — desmazelada, meio gorda — que acena adeuses e manda beijos enquanto uma mochila é posta no porta-malas; que enxuga os olhos com o babado do avental sob a fumaça do cano de escape; que se vira, desolada, passa o trinco na porta e vai lavar os poucos pratos que restaram na pia, sob um silêncio que pesa sobre a cozinha como um teto caído. Mais do que partir, eu tinha pavor de ser deixada. (Eva, p. 39)

Franklin, eu tinha verdadeiro pavor de ter um filho. Antes de engravidar, minha visão do que significava criar uma criança — ler histórias sobre trens e casinhas com um sorriso no rosto, na hora de dormir, enfiar papinha em bocas escancaradas — parecia ser a de uma outra pessoa. (Eva, p. 39)

No fim das contas, *Eva* optou por ser mãe não apenas pelas circunstâncias ou pelo acaso, mas por um capricho, tanto para o marido quanto para si, somado aos ganhos secundários que a condição a traria diante da sociedade.

A intransponibilidade da tarefa, sua falta absoluta de atrativos, foi o que, no fim, me seduziu.
(Eva, p. 39)

Mas o que prevaleceu, de fato, foi a rejeição que se estendeu para além da gestação e do parto, caracterizando-se enquanto uma encenação de ser mãe, o que se concretizou de forma física no momento do nascimento de Kevin, quando a mesma relatou ter resistido por causa da dor.

Era tudo uma encenação ridícula e absolutamente inútil. Não havia motivo algum para impressionar a dra. Rhinestein, de quem eu nem sequer gostava. Se a intenção era deixá-lo orgulhoso, Franklin, você já estava obtendo um filho dessa barganha, uma recompensa suficiente em troca de aturar alguns berros e grosserias.

(...) Assim, me esforcei, momento em que tive de reconhecer que estava, sim, resistindo ao parto. Toda vez que aquela massa enorme se aproximava do canal minúsculo, eu o sugava de volta. Porque doía. Doía de verdade. (Eva, p. 132)

Percebemos que as mães, assim como *Eva*, tinham dificuldade em relatar qualquer coisa sobre os filhos que não fosse diretamente relacionada ao ato criminoso. Não sabiam relatar as preferências dos mesmos, os gostos, nem as perspectivas para cada um. *Eva* distanciou-se do filho enquanto sujeito desde a sua gestação, o que diretamente correlacionou a ausência de desejo com a ausência de investimento afetivo. Dessa forma, elaborou-se a seguinte subcategoria, considerando que o filho só existia a partir do delito.

3.1.2. “Mãe é a última que sabe”: o filho não existe sem o crime

Servindo como palco para essas primeiras relações, quando o filho chega ao mundo, a família assume um papel fundamental no desenvolvimento do adolescente. De acordo com Zdanowicz, Janne, Raynaert (2004) *apud* Vieira, Caldas Júnior, Siqueira (2011) é a coesão familiar, os laços emocionais estabelecidos por seus diferentes membros, um dos mais importantes elementos para a saúde do adolescente, sendo a pouca coesão familiar um risco adicional para o surgimento de transtornos, como exemplo a conduta agressiva.

Segundo um estudo realizado no sul do Brasil (DAVOGLIO e GAUER, 2011 *apud* GAUER, VASCONCELLOS, DAVOGLIO, 2012), com 83 adolescentes em conflito com a lei, a maioria dos jovens residia com um ou ambos os pais no momento em que recebeu a medida socioeducativa de privação de liberdade.

Esses resultados apontam para a importância da qualidade dos vínculos afetivos familiares, mostrando que não são os adolescentes de rua, sem estruturação familiar, que necessariamente se relacionam ao conflito com a lei. A qualidade desse vínculo também pode ser percebida na forma que as relações são estabelecidas, se há ou não diálogo e/ou interesse da mãe para com as necessidades individuais do filho.

(...) mãe é a última que sabe, já fui saber porque tinham pego ele, né? (Eva Um)

Eu não sei, eu não conhecia, mas eu acho, né, que foi na época que ele saía direto pra rua, quando eu não tava lá (Eva Dois)

Não, não. A gente soube por essa mulher aí de baixo, que ele era traficante, vendia e comprava dela. (Eva Três)

Como mencionado no subtópico anterior, as respostas de *Eva Três* sobre o filho eram mais superficiais em relação às outras mães, no entanto, todas demonstraram pouco conhecimento sobre as subjetividades destes, não sabendo responder com quem eles estavam envolvidos e o que estavam fazendo até que o delito viesse à tona. *Eva*, assim como as outras mães, também colocava sobre os outros do convívio de Kevin o conhecimento que ela deveria ter sobre ele, conforme mostra a seguinte conversa com uma professora.

“Eu estava ansiosa por vê-la”, disse-me, mais firme do que efusiva. “Seu filho é um enigma e tanto para mim, e andei esperando que a senhora pudesse me ajudar a decifrar o mistério.”

“Receio que eu dependa dos professores para explicar a mim esse mistério”, respondi com um sorriso abatido, ocupando a berlinda junto a sua mesa. (Eva, p. 309)

Mas assim como não sabiam falar muito sobre a vida social dos filhos, especialmente sobre aqueles que exerciam influência ou não sobre os mesmos, outro aspecto presente com indiscutível relevância do discurso das mães foi a ausência de uma figura paterna ou, ainda, a ausência de uma figura paterna que se constituísse como representante da norma. Considerando essa ausência como denúncia significativa, prosseguimos com a análise das representações a partir da mesma.

3.1.3. A ausência da figura paterna e figuras masculinas.

Nos relatos de *Eva Um*, o pai ainda esteve presente no nascimento do filho, mas a relação dos dois era muito conflituosa, o que o levou a raptar o bebê e levá-lo consigo para o bar. Uma vez o recuperando, *Eva Um* disse que não mais permitiu a aproximação do pai, o que levou ao posterior afastamento total deste.

E ele não gosta do pai dele. Não, ele tem mais raiva que o pai dele com um ano e pouco, ele se lembra disso, o pai dele raptou ele de mim. Aí essa é a raiva, assim ele tem tipo uma raiva, sabe? (Eva Um)

Ela pontua que o filho jamais perdoou o pai por isso e por tal razão nunca quis contato com o mesmo. Percebe-se também aqui uma alienação no discurso da mãe, visto que o filho era jovem demais para ao menos se lembrar do ocorrido. Em seguida, *Eva Um* espontaneamente nega a participação nessa alienação ao dizer que estimulou o convívio de ambos, mas foi o filho – e não o pai ou ela – que se mostrou indisponível.

Meu filho não tenha raiva, mesmo assim que ele não lhe ajudou criar, mas ele é seu pai, não fique assim não'. Ele não aceita, eu digo pra ele 'final de semana vá pra casa do seu pai, pode ir, meu filho, eu fico aqui, vá lá'. Ele não aceita, não sei, eu conversar muito com ele. (Eva Um)

Eu arrumei outra pessoa, vivi, só que morreu. Ele era muito agarrado com ele. Ele até falou lá pra assistente social que ele sente muita falta dele. (Eva Um)

Ela também relata que ainda cedo se relacionou com outro homem, juntando-se a este, e que a relação dele com o filho era muito boa. Quando o filho tinha aproximadamente sete anos, esse segundo marido faleceu por motivos de saúde, na presença do mesmo ao sofrer de um ataque cardíaco. Novamente o filho passa pela perda dessa figura que poderia ser de referência.

Assim com a primeira mãe entrevistada, *Eva Dois* também se juntou a outro homem, com quem teve outros filhos e quem de certo modo esteve presente enquanto figura masculina para o seu filho, mas apenas por determinado tempo. Foi pouco após a época em que se separaram, quando ela começou a trabalhar e ficar bastante tempo longe de casa, que seu filho se envolveu com abuso de substâncias e furto. Ela chega a correlacionar os dois momentos.

(...) porque ele tinha ele como representante, porque quando ele foi embora, ele foi embora de vez. Não só com ele, com as meninas também. Então mulher, ela tem que sentir um pouco a figura de pai, de medo, 'não, se eu for fazer isso, meu pai vai fazer isso comigo', por mais que eu esteja ali, né, mas tu é pai (Eva Dois)

A segunda mãe traz claramente de que modo compreendia que o segundo marido representava um pai para o filho e como a separação repercutiu de forma negativa não só para ele, como também para as filhas. No discurso de *Eva Dois*, percebemos que o agente paterno, assim como na psicanálise, também é visto como o representante da lei, como sendo a figura que intercede por ela.

Apenas após o primeiro encarceramento do filho, *Eva Dois* resolveu apresentá-lo ao pai biológico que até então não sabia de sua existência. Ela narra que o filho sempre desejou conhecer o pai e perguntava sobre ele, desse modo, quando o pai foi conhecê-lo no centro socioeducativo a reação do filho foi muito positiva.

Então eu acho que o que fez ele aprofundar mais de novo foi isso, o afastamento do pai dele. Porque ele saiu, o pai foi em casa, levou ele, ele conheceu os irmãos dele, ficou lá sete dias, conheceu a família dele, mas a família dele não conhece esse problema dele, não sabe que ele é usuário de drogas, porque o pai não quer que saiba, escondeu isso de todo mundo. Aí inventaram uma viagem, foram levar ele em casa, e desde aí. (Eva Dois)

Conforme citado, o filho de *Eva Dois* chegou a ser liberado e estava acordado que passaria um tempo com o pai, mas uma semana depois, ele o trouxe de volta atestando que faria uma viagem, e

desde então não mais voltou para vê-lo. *Eva Dois* acredita que o abandono do pai tenha contribuído com a recaída do filho que o levou a um segundo encarceramento.

Retomando um pouco as discussões lacanianas sobre a inserção do sujeito no mundo da linguagem, repensa-se o primeiro momento no qual o bebê foi recebido ao mundo e de que forma a dívida de vida inconsciente dos pais foi reconhecida. Quando essa dívida é reconhecida, as qualidades dos laços afetivos podem ser verificadas. Quando o sujeito se convence de que aquilo que os pais lhe deviam não foi pago ele experimenta um doloroso sentimento de incapacidade e inacabamento pessoal, organizando-se de diferentes maneiras para dar fim a tal sofrimento (KAMMERER, 2011).

Segundo Kammerer (2011), o sentimento inconsciente de que a dívida de vida não foi paga pode governar involuntariamente boa parte das relações do sujeito, inclusive a relação que este tem com a lei: uma vez desrespeitada por aqueles que deveriam representá-la (isto é, os pais), ela se torna pouco respeitável. Respeitar a lei seria então um ato de covardia, onde a delinquência pode ser um apelo para o surgimento de uma lei mais respeitável. Entende-se que isso decorreria da falência “dos sistemas de controle interno do sujeito, sob a irrupção de um superego fraco e insuficiente, ou castigador e tirânico, que provocaria a conduta delituosa para a satisfação de desejos inconscientes de punição” (JOST, 2006, p. 118).

Conforme averiguado no discurso das mães, a função materna e a função paterna não entraram em congruência muitas vezes pela ausência desse agente paterno. Vale ressaltar no estágio primário do bebê um personagem terceiro a quem a mãe dedica o seu interesse não se encontra necessariamente na pessoa do pai. Introduzir o filho a esse agente terceiro e ao “pai” faz parte da dívida materna. Introduzido ao pai, que se propõe enquanto vertente da lei, o filho pode ser lançado na vida social, internalizando a norma (KAMMERER, 2011).

O que se observou com frequência no discurso das mães foi justamente essa falta de eleição ao filho de um agente paterno atuante. Mas não é apenas a função paterna que entra em declínio quando o desejo da mãe foge ao terceiro (o pai) e ao filho. Dessa forma;

“(…) o ato infracional seria a tentativa de instituir o Nome do Pai no real, como tentativa de lidar com um conflito ligado a Lei da Castração. (...) O ato delinqüente é uma “luta” no sentido da instituição do Nome do Pai, mesmo que para isso seja necessário tornar-se o Pai do Nome.”(XAVIER, FERREIRA, PARAVIDINI, 2011).

Quando a função materna não é boa o suficiente, o bebê não recebe o investimento libidinal necessário, ocupando de forma precária o lugar de objeto de desejo da mãe, prejudicando assim a sua passagem de objeto para sujeito. Na adolescência essa falta vem à tona no momento em que o jovem vai se relacionar com seus próprios objetos de desejo (XAVIER, FERREIRA, PARAVIDINI, 2011).

Percebe-se que a forma que o filho se relaciona com o mundo pode estar diretamente relacionada à forma que a mãe lida com o filho, forma esta permeada pela sombra do desejo que se inscreve sobre ele e pelas relações com esse desejo e com o Outro. Conforme percebido na análise dos discursos, essas relações também foram caracterizadas pela ausência do pai.

3.1.3.1 O pai de Kevin: uma presença ausente

Conforme visto em Kammerer (2011), é o agente paterno que atua como interditor do incesto, isto é, aquele responsável pela instauração da lei e, com isso, permite a absorção e o temor diante das regras sociais. No caso de Kevin, percebemos que seu pai não chegou a desempenhar esse papel, deixando que todos os atos de transgressão do filho, inúmeras vezes apontados pela mãe, fossem suavizados e banalizados.

Narrando uma lembrança na qual Kevin subiu sobre o cômodo da cozinha, contra a vontade da mãe, molhando tudo com uma arma de água de brinquedo, *Eva* mostra de que forma o marido a desmoralizava diante do filho, fazendo pouco caso da punição sugerida e elogiando a performance do garoto.

“O Kevin foi muito, muito mau!”, explodi, irritada. “E agora nós vamos ter que tirar esse revólver dele por muito e muito tempo!” (...) “Ah, mas depois desse trabalho todo, ele bem que merece, é ou não é, garotão? Cara, é preciso peito para fazer uma escalada dessas. Você é um perfeito macaquinho, não é mesmo?” (Eva, p. 147)

Outra situação muito semelhante, foi relatada quando a professora de Kevin reclamou para *Eva* que o menino havia quebrado o jogo de chá de uma colega da escola. O pai, como de costume, minimizou o delito do filho. Nesse ponto, a atitude do pai se assemelha às atitudes das mães entrevistadas, quando tentam desqualificar o crime cometido pelos filhos.

Quando lhe contei sobre o jogo de chá, você estava prestes a descartar o assunto, mas pensou melhor depois que lhe lancei um olhar de advertência; havíamos conversado sobre a necessidade de apresentar uma fachada unida. “Ei, Kev”, disse você, de mansinho. “Eu sei que xícara de chá é coisa de menina e meio frescura demais, mas não saia por aí quebrando tudo, certo? Não é legal. E agora o que me diz se a gente for jogar um pouco de frisbee lá fora? Ainda dá tempo de treinarmos um pouco mais aquele seu arremesso livre, antes do jantar.” (Eva, p.176)

Anos mais tarde, a forma como Kevin manipulava o próprio pai e não nutria o mínimo respeito por este fica clara em uma fala que diz à mãe no momento em que ela o visita na prisão. Kevin faz pouco caso do pai, como *Eva* sempre suspeitou toda vez que o garoto parecia entrar no jogo de um pai que sempre se recusou a enxergar que o filho poderia ser muito inteligente e dissimulado, conforme as denúncias da mãe.

“Você já é um rapagão, agora!”, Kevin imitou. “Você é o meu filho! Você é meu homenzinho! Jesus. Que babaca.” (Eva, p.166)

Era a mãe quem precisava assumir o papel de agente paterno, uma vez que o pai se recusava a cumpri-lo. Por isso, sugere-se aqui que o mesmo estava presente e ausente ao mesmo tempo. O pai de Kevin não respeitava o discurso da mãe, tampouco prestava atenção nas atitudes diárias do filho, deixando-se facilmente ludibriar pela criança nas horas que dedicava-lhe para o jogo.

Ainda na infância de Kevin, um vizinho foi reclamar que o garoto havia retirado as travas do pneu da bicicleta do seu filho. *Eva* foi relatar o ocorrido ao pai de Kevin e pediu que este conversasse com o filho sobre o ocorrido, mas o pai se recusou outra vez, negando que o filho fosse capaz de fazer algo assim. O diálogo que segue demonstra claramente o conflito de posições entre a mãe e o pai de Kevin:

“Você quer falar com o Kevin sobre a bicicleta do Trent?”, perguntei. “Ou prefere que eu fale?” “Para quê? Eu não acho que ele tenha feito algo errado.” Falei entredentes: “Você nunca acha.” “E você acha sempre.” Era uma resposta direta. (Eva, p. 197)

Através da supremacia da presença da mãe, percebemos que boa parte da ausência do representante paterno foi suprimida e não elaborada. Por mais que em algum momento existissem figuras masculinas e agentes paternos na vida dos filhos das mães entrevistadas, elas tomaram a posse de suas posições privilegiadas enquanto protagonistas na vida do filho. A partir daí, discorreremos sobre a disciplina aplicada pela mãe e apenas por ela, de forma intransferível.

3.1.4. A disciplina intransferível.

A disciplina intransferível seria a posição de poder exclusiva assumida pela mãe diante da instituição da norma na vida do filho. No caso da *Eva Um*, foi deixado claro que apenas ela poderia exercer qualquer tipo punição, sendo a representação da regra para o filho, uma vez que este lhe pertencia e não ao marido.

(...) os meus filhos não são teus filhos, mas se você, se eles fizerem mal feito, chegue comigo e fale, que eu vou conversar com eles e vê se merecem apanhar, vão apanhar, mas não toque neles, mas não toque neles, de jeito nenhum você não toque porque você não é pai deles. (Eva Um)

À semelhança da fala supracitada, a mãe demonstra aversão a qualquer outro que venha exercer algum tipo de violência contra o filho. No entanto, a mesma a comete arbitrariamente, conforme menciona depois, ao agredir o filho sem ter certeza dos motivos que a levaram a isso.

Aí quiseram bater nele, aquele dia quase eu morro, passei mal, passei mal. Ai ainda bem que chegou os monitor e não deixaram que tocassem nele, mas fechou assim. (Eva Um)

Aí eu comecei a conversar com ele, aí eu vi que conversa não tava dando jeito, eu disse que vou dar uma surra nesse menino, aí eu dei uma surra, quase que eu mato ele no banheiro (Eva Um)

A partir desses relatos, entende-se que essa forma de disciplina é tomada pela mãe como um direito e se orienta para além disso, fazendo-se intransferível, sem necessariamente estar pautada em uma norma maior e bem significada para o filho. Percebe-se com isso a onipresença de uma mãe esmagadora.

De acordo com *Eva Três*, a disciplina lhe pertencia uma vez que o pai, embora estivesse presente, não assumia a responsabilidade da regra, sem estabelecer limites ou representar autoridade para o filho. Dessa forma, era ela quem recebia as principais ameaças do filho, ela quem chegava a interceder com violência e quem se impunha enquanto proibição, conforme a seguir:

Ele veio pra cima de mim pra me bater, eu dei uma mãozada nele, aí ele ficou desesperado. Já quis até pegar a faca pra vir pra cima de mim. (...) Quando ele não tava normal, ele falava pra mim 'tu não é minha mãe, tu não é minha mãe', porque eu brigava mesmo, pai dele já passava a mão na cabeça" (Eva Três)

Porque eu esculhambava, eu não aguentava. Já o pai dele, falava 'ah, deixa'. Ele chegava aqui em casa, ele queria bagunçar, queria comida de madrugada, queria sujar as coisas, queria fazer bagunça, né? Aí eu já não deixava, o pai dele já deixava. (Eva Três)

Em estudos psicanalíticos, segundo Kammerer (2011), o primeiro objeto de amor do filho é a mãe, seguido pelas outras pessoas que ele encontra. A forma que ele lida com esses objetos e o modo que os mesmos correspondem a esse investimento é o que define a qualidade de vida do sujeito. Quando o filho descobre que não domina a mãe, por intermédio da supracitada função paterna, ele precisa lidar com essa traumática experiência de perda, que se instaurará em seu inconsciente no decorrer de suas relações sociais.

Algumas mães, no entanto, podem dificultar ainda mais essa assimilação traumática quando se permitem conviver com a criança de duas formas muito angustiantes; na carência de laços, no abandono e, alternativamente, em uma onipresença esmagadora, na qual as necessidades específicas do filho são ignoradas. No segundo caso, o filho experimenta sentimentos de coisificação e aniquilamento, uma vez que não há respeito por sua subjetividade. Quando, anos mais tarde, o ambiente social entra em conflito, o sujeito revive esses sentimentos e se submete ao achado de um neo-objeto (drogas e álcool), ou mesmo da violência como forma de não mais depender dessa pessoa ou ambiente que o levaram ao sofrimento (KAMMERER, 2011).

No caso de *Eva Dois* e *Eva Três*, ambos os filhos entraram em conflito com a lei devido ao abuso de substâncias. Como anteriormente mencionado, as mães demonstraram possuir uma forte onipresença, negando-se a compartilhar a educação do filho com quem poderia ser o pai. Além disso, a pobreza do discurso sobre a subjetividade dos filhos também aponta para esse aniquilamento que pode ser sentido pelo mesmo no que antecede o envolvimento de um neo-objeto (a substância ilícita, no caso).

Eva, a personagem, assim como *Eva Três*, relata ter usado da violência em uma cena na qual o filho, na época com cinco anos, defecava na fralda várias seguidas, apenas para que ela o limpasse. Saturada, ela o agarrou pelos braços e o jogou de contra a parede. Nessa situação, ainda que reconhecesse que era sua atitude enquanto ruim, admitindo que esta a desolava, não pôde deixar de se sentir também satisfeita por ter conseguido, pelo menos uma vez, punir o filho com suas próprias mãos.

“Você foi um boboca, Kevin”, disse eu, despreocupada, erguendo-o pelas axilas para colocá-lo no chão. “E bobocas não ganham brinquedos.” Na hora, pensei, ei, quem sabe eu até acabe gostando de ser mãe. Isso é divertido. (Eva, p.147)

Exteriormente, eu estava desolada. Mas bem no meu cerne o momento fora abençoado. Ao jogar o nosso filhinho longe, e pouco me importava onde, além do mais, eu havia inadvertidamente cedido, como Violetta, e esfolara uma coceira crônica e aflitiva. (Eva, p. 187)

É válido ressaltar que o exercer dessa disciplina não apareceu no discurso das mães enquanto uma justificativa para os delitos dos filhos, ao contrário, surgia como forma de enfrentamento e boa conduta. Por outro lado, o que apareceu com bastante frequência enquanto justificativa foi a possível influência do outro como sendo a desencadeadora do comportamento infracional.

3.2. As justificativas para a criminalidade

Todas as mães mencionaram fatores externos como possíveis justificativas para a relação dos filhos com a criminalidade. Fosse através do ambiente social em que estavam no momento da gestação e da infância até as amizades de rua e a presença de vizinhos que, por ventura, estariam envolvidos com o tráfico e outros fatores de risco.

3.2.1. As influências sociais no desenvolvimento

Visto que algumas das principais justificativas utilizadas pelas mães para a condição dos filhos em conflito com a lei estão na forma como os mesmos se relacionam com o meio social, é importante lançar mão de algumas discussões sobre a aprendizagem social.

Segundo a teoria da aprendizagem social (BANDURA, 1973 *apud* GALLO e WILLIAMS, 2005) as condutas dos adultos, sendo estes os pais ou não, podem ser imitadas pelos filhos. Vários desvios às normas são explicados segundo as informações que o indivíduo tem acesso a importância que ele dá a essas informações.

“Ao tratar do tema da criminalidade, Lacan (1966) aponta que, por vezes, a sociedade está de tal forma alterada em sua estrutura que lança mão de mecanismos de exclusão do mal, elegendo bodes expiatórios. Rassial (1997) corrobora com esta idéia, ao propor-nos a delinqüência enquanto patologia específica da adolescência, e esta, enquanto uma patologia da sociedade. Tal afirmativa justifica a necessidade de, ao tratarmos da violência juvenil, nos remetermos aos fenômenos do social, como pontua Endo (2005)” (PETRACCO, 2007).

É dessa forma que adolescentes que não acreditam que podem conseguir o que desejam se utilizam de práticas violentas para consegui-lo. Essas práticas são estimuladas pela sociedade consumista na qual os valores comunitários são substituídos pela necessidade do adolescente de ter determinada coisa ou ser de determinado modo admirado pela mídia.

Eva Um acredita que o fato de ter gerado o filho em um bairro perigoso, onde aconteciam diariamente vários tiroteios pode ter tido algo a ver com a prática do delito. Ela também menciona os comentários de terceiros sobre a periculosidade do lugar e o possível envolvimento do filho com más companhias.

Ah, a gestação dele foi muito nervosa, lá onde nós morava no Educandos era muito tiroteiro (...) Até hoje eu fico pensando, será que não foi desses tiro, eu nervosa, né? Eu ficava nervosa assim, ‘ai a bala vaime pegar’ assim, sabe? (Eva Um)

Eu montei um restaurante pra mim, lá no Educandos, aí a vizinha sempre me falava, assim, ela olhava ele pra mim, “vizinha, tem um pessoal meio ruim, que eu acho que o seu filho tá metido (Eva Um)

Já a segunda mãe reconhece a sua própria implicação em ter permitido que o filho se envolvesse com pessoas que o levaram ao abuso de substâncias e ao crime. *Eva Dois* relata que o filho foi seduzido para essa condição com presentes caros, geralmente roupas. Percebe-se aqui a correlação do discurso da mãe com as críticas às práticas dessa sociedade consumista, segundo apontado por Petracco (2007).

Eu deixei ele a mercê de pessoas que tinham algo a oferecer pra ele, sem eu poder. Tipo assim, ‘pô, A., tu é um adolescente, né, tem que andar todo na marca, bermuda de marca, sandália’, ai ele começou a chegar em casa com presentes.(Eva Dois)

Da mesma forma que as outras, *Eva Três* menciona os amigos de rua como possíveis responsáveis, mas diferentemente de *Eva Dois*, acaba excluindo a si mesma e ao pai dessa responsabilidade com o discurso de que faziam tudo por ele.

Eu acho que foi as amizade da rua. Porque a gente fazia tudo por ele, ia deixar lá dentro da escola. (...) Acho que foi fora da escola, porque ele saia de lá, fugia, aí foi, é cheia de droga essa rua. Boca de fumo tem bastante aí. E tem uns caras que lava carro e repara carro, é o fim. (Eva Três)

De modo geral, todas as mães encontraram no outro uma grande parcela de responsabilidade pela infração cometida pelos filhos. Não apenas no ambiente social no qual se desenvolveram, mas na figura de pessoas com influência direta e não aprovada sobre os mesmos, conforme explorado no tópico posterior, sendo estes homens mais velhos e já envolvidos em conflitos com a lei ou amizades das quais elas desconhecem a origem.

3.2.2. A responsabilidade pela criminalidade está no outro

Responsabilizar algo ou alguém pela conduta dos filhos foi uma atitude encontrada nos discursos das três mães entrevistadas. Como uma espécie de defesa, essa responsabilidade é destinada a diferentes agentes, sendo encontrada inclusive na figura da vítima, conforme menciona a terceira mãe ao relatar o motivo que levou seu filho a infligir a lei. Ela afirma que se a vítima não tivesse ocasionado a agressão, o crime não seria cometido, do mesmo modo que *Eva Um* acredita que uma má companhia levou o filho ao delito.

Ainda mais o cara foi mexer com ele drogado, se o cara não tivesse mexido com ele, ele não tinha feito isso. Pra que foi bater ele? Espancou ele? Deu murro na cara dele? Humilhou ele, quebrou o dente dele, né? (Eva Três)

Acho que foi a má companhia, esse homem (...) (Eva Um)

Percebe-se com isso a negação da própria responsabilidade e também da responsabilidade do filho. Os mecanismos de defesa existem para manter os perigos afastados, ainda que nem sempre sejam bem-sucedidos, muitas vezes inclusive transformando-se em perigo para o sujeito. Eles geralmente falsificam a percepção interna e a dão somente uma representação parcial do *id*. Cada pessoa utiliza uma seleção variada de mecanismos de defesa que se fixam em seu ego, acarretando algumas restrições e o dispêndio dinâmico do mesmo, o que demanda uma alta economia psíquica (FREUD, 1996).

Eva Um também traz a presença de outra pessoa como determinante para o comportamento infracional, sem deixar de reconhecer que o filho tinha a opção de escolher seguir ou não por esse caminho.

Mas eu disse pra ele, 'ele não forçou você a fazer isso, você também foi sim pela conversa, mas ele não forçou', assim também, eu tenho que ver isso. (...) Aí eu falei, 'não se mete, escuta o que eu tô te falando, não é pro seu mal', aí eu acho que foi desde aí. Não achei que foi nem colegagem do colégio, nem, foi essa pessoa que ele é super de envolver assim, pegar adolescente... (Eva Um)

Já a segunda mãe cita bastante algumas passagens que lhe foram ditas por terceiros, acusando-a de ser a responsável pela condição do filho. Nesse sentido, ela acaba assumindo essa posição, recuperando o seu papel enquanto figura ativa na vida do filho, mas não se detém nisso, elaborando uma reflexão maior a respeito da culpa e dos acontecimentos que justificam o filho, como a ausência do pai.

Porque eu tive um pouco de culpa nisso, um pouco não, eu tive culpa nisso. Porque o juiz quando tu chega lá não quer ouvir de ti 'ah, porque eu trabalho, eu tenho que sustentar', não, ele quer saber que tu dê conta da educação do teu filho, entendeu? (Eva Dois)

Então eu acho que o que fez ele aprofundar mais de novo foi isso, o afastamento do pai dele. (Eva Dois)

Além da culpabilização do outro, percebemos no discurso das mães a negação do ato criminoso em si, através da desqualificação do crime, da representação do crime em outros profissionais, especialmente aqueles que deveriam representar a lei, e também a denúncia feita na justificativa de salvar o filho.

3.2.3 As justificativas para o crime de Kevin

Ainda que *Eva* sempre tenha percebido os comportamentos transgressores de Kevin, diferente do pai, embora não o bastante para antecipar o crime que o filho cometeria, durante os seus relatos inúmeras justificativas são levantadas para explicar a pergunta a qual todos pareciam buscar uma resposta: “por quê?”.

Ao contrário das mães entrevistadas, *Eva* pondera bastante sobre a sua participação no desenvolvimento do filho e até que ponto ela pode ou não ser responsabilizada pela conduta delinquente dele. Ela conta que desde a gestação sentiu dificuldades de empatizar com a criança, e inclusive sofreu de depressão pós-parto, perdendo quase todo o interesse que tinha pelo bebê.

Nada é interessante se você não estiver interessado. Em vão, eu vinha esperando de braços cruzados que Kevin me provasse, me demonstrasse ser digno do meu ardor. Era coisa demais para pedir a um menino tão pequeno, que só conseguiria ser adorável a meus olhos se eu o deixasse ser. Estava na hora de eu ceder um pouco também. (Eva, p.117)

Depois do crime, *Eva* conversa com a sogra sobre as visitas que tem feito ao filho e sobre a condição do mesmo. Ela chega a admitir que gostaria que aplicassem a pena de morte no garoto, apenas para se livrar do fardo. Nesse ponto, *Eva* admite estar se culpando pelo que aconteceu.

“Para ser franca, tem certos dias”, lancei um olhar funesto para a janela panorâmica deles, “em que eu gostaria que lhe aplicassem a pena de morte. Para acabar logo com isso. Mas essa seria uma saída muito fácil para mim.”

“Mas você não pode estar se culpando, minha querida!”, sua mãe protestou, mas com um certo nervosismo; se fosse verdade, ela preferiria não tomar conhecimento. (Eva, p. 138)

Eva conta que Kevin era uma criança extremamente perspicaz e que desde cedo percebeu que o apego que sentia pelas coisas poderia torná-lo vulnerável. Isso se evidenciou quando ela tomou uma arma de esguichar água dele e o mesmo se ressentiu. Essa ausência de apego, ou a má qualidade deste, vista da mãe para o filho, e que se repete no próprio filho, como um espelho, justifica a teoria do apego de Bowlby (2005) e da Aprendizagem Social de Bandura (1973).

Kevin já começara a intuir que o apego — ainda que apenas a um revólver de esguichar água — o tornava vulnerável. Como qualquer coisa que ele pudesse querer também era algo que eu poderia negar, o menor desejo significava uma desvantagem. (Eva, p. 146)

O ápice da culpabilização de *Eva*, apresentando-se como justificava para o filho, acontece em uma das visitas que ela faz para ele após a prisão. Na sala de espera, pela primeira vez *Eva* conversa com outras mães que também estavam aguardando para encontrar seus filhos sob custódia. Uma mãe pergunta se ela sabe o que levou o seu filho a fazer o que fez e *Eva* se admite culpada, mas o que vem a seguir é significativo, a outra mãe cita a transgeracionalidade na qual, se assim o fosse, *Eva* poderia culpar a própria mãe e assim por diante.

“Imagino que seja culpa minha”, falei, em tom de desafio. “Não fui uma boa mãe... fui fria, severa, egoísta. Se bem que ninguém possa dizer que não paguei um alto preço por isso.”

“Pois então”, disse ela, fechando aqueles quatro centímetros e girando o olhar em trinta graus para me olhar bem de frente, “você pode culpar a sua mãe, e ela pode culpar a dela. Quando a gente perceber, vai ser culpa de alguém que já morreu.”

“E duro ser mãe. Ninguém nunca aprovou uma lei que diz que para alguém ficar grávida tem que ser perfeita. Tenho certeza de que você tentou ao máximo. Você não está aqui, nesse fim de mundo, numa bela tarde de sábado? Você continua tentando. Se cuide, meu bem. E não diga mais essas bobagens.” (Eva, p.160)

Eva se responsabiliza e não nega o que o Kevin fez e são esses os dois pontos que mais a diferem das mães entrevistadas. Por outro lado, *Eva*, personagem norte-americana, se apresenta como uma pessoa altamente reflexiva, em situação econômica e cultural bem diferentes das *Evas* amazônicas. No próximo tópico, discuti-se de que modo as mães entrevistadas negam os delitos cometidos pelos filhos.

3.3. A negação do ato criminoso

Percebe-se que a tentativa de justificar o crime é incansável no sentido de negar a condição de delinquência nos filhos. Essa negação, aqui claramente percebida enquanto defesa, possibilita que as mães minimizem as consequências do efeito criminoso ao desqualificá-lo, identificando-o e

apontando-o em outras esferas sociais, não apenas dentro dos seus cenários familiares, e assim encontrem fundamentos para sustentar as consequências da denúncia e das medidas socioeducativas na vida dos filhos.

A negação do ato infracional foi identificada como um dos mecanismos de defesa mais utilizados pelas participantes. A negação é um mecanismo de defesa muito comum, uma vez que consiste em não aceitar conscientemente alguma coisa ou evento que de perturba o ego (VOLPI, 2008).

3.3.1. A desqualificação do crime

Quando relata o furto cometido pelo filho, *Eva Um* reconta que o policial que capturou seu filho a chamou para ver o que ele havia furtado, e ela imediatamente descreve as bolsas que foram levadas como acessórios simples, não dignos do delito, de certa forma diminuindo a importância do ato em si e admitindo-se envergonhada pela baixa qualificação do crime.

Até porque eu nunca ia saber, tava na casa desse homem as coisas, era três bolsas, mas as bolsas bem caraquentas, bem mesmo, oh meu deus, e aí o policial falou, 'olha aqui mãe', quase que eu morro de ver aquilo. (Eva Um)

Eva Um também nega o crime ao relatar que o filho nunca havia feito nada semelhante em casa, que nem mesmo moedas ele havia furtado, recusando-se a vê-lo como infrator. Ela também justifica a prisão como resultante de ter se esquecido de que o filho deveria ter pago o delito com serviços alternativos.

Não, ele nunca mexeu em nada, nem mexe. De vez em quando eu peço pra ele guardar os meus trocados, nunca mexeu, ele pede se ele quiser, ele gosta de comprar uns bombom, besteira. (Eva Um)

Aí ele não pagou. Aí tavam qualquer hora que pegassem ele, só que eu não sabia, pegaram ele em batida, assim, revista mesmo, aí levaram. (Eva Um)

Em nenhum momento *Eva* chega a desqualificar qualquer uma das transgressões de Kevin, muito menos o homicídio que o levou a ser preso, essa característica, no entanto, é muito repetida no pai do garoto, aquele que se ausentava na hora de puni-lo, sempre passando a mão em tudo o que o filho fazia de errado.

O pai de Kevin, conforme o relato de *Eva*, culpava a todos os outros, exceto o próprio filho. As mães entrevistadas, desqualificando o crime, também o apontaram em outros profissionais que supostamente deveriam representar a lei.

3.3.2. O crime representado nos profissionais.

Mais de uma vez as mães apontam para outros profissionais que deveriam auxiliá-las, mas de alguma forma tomaram vantagem ou abusaram do poder em suas mãos. No caso de *Eva Um*, um advogado fez com que ela pagasse mais do que deveria para assumir o processo do filho diante do sistema judiciário.

No mesmo dia ele ia sair, eu digo “não, ele vai ficar preso, ele me fez muita raiva”, eu gastei porque paguei mais de quatro mil com advogado, a gente encontra muita pilantragem (Eva Um)

Já *Eva Dois*, relata o discurso de policiais em um dos momentos em que tentaram capturar o filho dela onde os mesmos ameaçaram-no de morte.

“Não, é que a gente recebeu uma denuncia de que ele tava roubando os materiais de construção da sua casa, então a gente veio pegar ele, e se a gente pegar a gente vai matar”, você ouvir isso da boca de um policial não é fácil não, mas hoje em dia é difícil você ver um policial que trabalha honestamente, né? (Eva Dois)

As mães minimizam a responsabilidade dos filhos ao apontar que outros profissionais com muito mais discernimento e dever perante a lei também não a cumprem. Os relatos trazem um teor tanto de justificativa quanto de acusação.

3.3.3. A denúncia como preservação.

Para algumas mães, denunciar os próprios filhos era uma forma de preservar tanto a eles quanto a família. No caso de *Eva Dois*, onde seu filho estava extremamente comprometido com o abuso de substâncias, foi preciso que ela o denunciasse enquanto dormia em casa para que o levassem e, nas palavras dela, dessa forma evitassem que o mesmo fosse morto enquanto estivesse pela rua.

Hoje em dia eu tenho assim comigo, amar teu filho não é só querer dar só o melhor pra ele não, é você ver no momento certo, entendeu, onde você pode interferir na vida dele, né? No caminho que ele tá indo errado. (Eva Dois)

Para sustentar a responsabilidade de denunciar o próprio filho, *Eva Dois* discorre sobre como a decisão foi baseada no que seria o melhor para ele, segundo suas crenças e valores.

Então, eu agi assim com a sabedoria de deus, eu pedi muita força Dele, orei muito e falei “deus, vai ser hoje”, né? “Vai ser hoje que eu vou dar um basta nisso, porque to vendo a hora e o momento de alguém só vir me chamar pra reconhecer o corpo do meu filho”, né? (Eva Dois)

Com o filho em uma situação semelhante ao filho de *Eva Dois*, com abuso de substâncias associado a outros delitos, *Eva Três* racionaliza com a família e o adolescente sobre o que seria o

melhor para ele, no sentido de optar pela internação, destacando que a presente situação estava acabando não apenas com ele, mas com toda a família.

A gente “conversemo” com ele, com o padrinho dele, todo mundo, aí “falemo” pra ele que essa vida não dava certo não pra ele, que essa vida era o fundo do poço, que essa vida não era pra ninguém não, que ele tava destruindo a minha vida, a do pai dele e dos irmãos. (Eva Três)

As mães precisaram denunciar seus filhos para autoridades devido ao envolvimento com substâncias, já *Eva*, a mãe de Kevin, chegou a denunciá-lo incontáveis vezes para o marido. Em certo ponto, as denúncias até mesmo soam como um exagero pois começam quando o filho ainda era um bebê, mas conforme a criança cresce e as transgressões começam, elas vão se justificando.

Eu via aquela expressão enfezada nos olhos dele quando Kevin tinha um ano de idade. É até possível que ele se tenha em alta conta, sobretudo depois que virou tamanha celebridade. Há uma diferença enorme entre não gostar de si mesmo e simplesmente não querer estar aqui. (Eva, p.62)

Eva admite mais de uma vez que só engravidou por vontade do marido, e é este quem a repreende quando ela chega a considerar ter se arrependido devido as aparências.

“Se eu tivesse percebido que era isso que significava para você, aparentar uma maturidade fajuta, desmancha-prazeres, eu teria repensado a história toda.”

“Jamais diga isso”, você falou, vermelho feito uma beterraba. “É tarde demais para reconsiderações. Nunca, jamais, diga que você se arrependeu do nosso próprio filho.” (Eva, p. 68)

Contra a vontade do marido, *Eva* conta que chegou a fazer um exame para saber se o filho apresentava alguma doença congênita durante a gestação. Em posse do saber do crime de Kevin e de tudo o que ele se tornara, *Eva* se questiona sobre o que ela e outras mães fariam caso pudessem saber de antemão que seus filhos se tornariam criminosos em algum momento no futuro.

Vendo agora, contudo, meu erro não foi ter feito o teste em segredo, e sim ter achado o resultado animador. A dra.Rhinestein não testou possibilidade de existência de malícia, indiferença rancorosa, ou maldade congênita. Se fosse possível, pergunto-me quantos peixes não atiraríamos de volta. (Eva, p.77)

A discussão proposta por *Eva* é muito significativa e ainda carece de respostas. O que a psicologia e a psiquiatria contemporânea discutem com frequência orla entre os limites do que é social e do que é biológico e de qual forma ambas as coisas se conectam. Onde termina uma e se inicia a outra. Ainda se faz muito difícil afirmar se uma conduta delinquente tem raízes em um fator mais genético ou social sem cair em reducionismos.

3.4. A relação com o filho no aprisionamento

Durante o aprisionamento, percebe-se que a relação mãe e filho sofre mudanças mais significativas do que nos períodos anteriores devido ao caráter punitivo e transformador. Uma vez que as mães são obrigadas a acompanhar o progresso dos filhos, através de visitas semanais, abrem-se portas para que a relação dos dois se desenvolva de modo bem mais direcionado.

3.4.1. Aprisionamento como aprendizagem

O aprisionamento passa a ser visto como uma forma de aprendizagem, na qual o filho será preparado para a reinserção social através da punição que a própria mãe não conseguiu executar. *Eva Um* fala que optou por não retirar o filho imediatamente após ele ser preso, medida que seria possível uma vez que não havia precedentes, deixando-o lá sob uma forma de castigá-lo, esperando que aprendesse com isso.

Logo que a gente passa pelo juiz, você pode tirar no mesmo dia, só que eu não quis, 'não ele vai ficar, porque eu não mando ele fazer isso'. (...) E era cada macetão, só de pequenininho que eu achava era ele. Aí eu fiquei pensando assim, "é pra você aprender, que não é casa de mamãe não (Eva Um)

Com uma abordagem diferente, *Eva Dois* via no aprisionamento uma possibilidade para o filho combater o abuso de substâncias. Para ela, a internação em um centro socioeducativo representava muito mais uma aprendizagem pela reestruturação do ambiente social e pela mudança da conduta do filho do que pela punição propriamente dita.

Entendeu porque ele tava sendo internado, ele reconheceu diante da justiça, lá do juiz, ele reconheceu que tava me ameaçando, que ele queria mesmo me matar, pediu perdão lá na frente dele, e pediu que as autoridades ajudassem ele, porque ele não tava mais aguentando. (Eva Dois)

Já *Eva Três* vê no aprisionamento uma oportunidade do filho ficar longe do crime e estudar, mas diferentemente de *Eva Dois*, ela não se mantém esperançosa sobre o problema do filho com o abuso de substâncias, acreditando que será necessário interná-lo novamente em uma clínica especializada.

Ele tá estudando já lá, tá estudando. (...) O que ele fala mesmo é só isso, quando ele sair de lá ele vai trabalhar, vai ajudar a gente, é o que ele fala, a conversa dele. (...) Aí ele tá lá, aí se ele se comportar, obedecer, tudinho, entre seis meses ele pode sair. Mas só que ele saindo de lá a gente vamos internar ele, porque aqui ele não pode ficar. Tá vendo que lá ele já ta pedindo de mim droga. E se ele vir pra cá? Ele vai cair de novo. (Eva Três)

Por outro lado, *Eva* não vê no aprisionamento de Kevin uma chance de redenção, pois não considera que o filho aprenderá com a experiência. Ela relata que o mesmo é recebido como um herói

entre os outros garotos, por ter feito algo que muitos não tiveram coragem de fazer ao se livrar de pessoas que não gostava, nas palavras do próprio filho durante uma de suas visitas.

Diante do aprisionamento do filho, as mães podem se sentir ainda mais culpadas quando o ideal familiar é arcaico e a moral rígida, o que geralmente se presencia em famílias de baixa renda econômica. Essas famílias cultivam ideais familiares míticos e no fim descobrem que seu funcionamento está bem afastado disso através das manifestações do filho assumido ou não como delinquente. Para recolocar as emoções em pauta, superando o sentimento de vergonha, as mães passam a atribuir novos sentidos à relação com o filho (KAMMERER, 2011).

3.4.2. A mudança para apoiar o filho

Fica evidenciado que a situação de aprisionamento afeta e modifica toda a dinâmica familiar. Em um primeiro momento, *Eva Dois* relata que essa condição não poderia ser esperada.

Nunca na minha vida eu pensei que fosse passar por isso. E tudo que passa na televisão, né? É a realidade da família, das famílias brasileiras hoje em dia (Eva Dois)

A retomada de consciência sobre o filho e a condição de conflito com a lei permitiu que ela mudasse a forma de lidar com o problema e assumisse um posicionamento ativo diante da situação, assumindo sua própria responsabilidade enquanto mãe e se prestando a mudar em busca do que seria melhor para ajudar o filho.

Por isso eu to te falando, o que eu puder fazer hoje por ele, eu faço, o que eu puder correr atrás de coisas pra ele se tratar, eu vou correr atrás. (...) Vou pagar aluguel mais caro, mas isso é pro bem dele, né? Eu sei que aqui também tem (bairro onde mora a irmã dela, e onde acontece a entrevista), mas o que eu puder pra afastar ele das amizades, eu vou tentar fazer (Eva Dois)

Como visto em Soares (2005) *apud* Gauer, Vasconcellos, Davoglio (2012) “nada é mais difícil do que mudar, provocar a mudança em alguém é ainda mais complicado”. Essa mudança está geralmente associada a situações dolorosas e não existem metodologias seguras para exercê-las. Para as mães, implica em abandonar o que as tem sustentado por tanto tempo, passando por zonas de insegurança e instabilidade em busca de uma nova condição mais aceitável.

Nesse aspecto, a instituição socioeducativa poderá ser vista como um complemento às mudanças assumidas pelas mães em favor dos filhos. Lembrando, conforme Kammerer (2011), que não é a qualidade real da reparação que faz com que esta seja bem-sucedida, uma vez que se trata de uma atividade fantasmagórica, mas se o desejo da mãe estiver suficientemente redirecionado ao filho, este o sentirá como força mobilizadora e as fantasias de mudança da mãe poderão ser vistas como fecundas, integrando ambas as funções reparadoras.

3.4.3 As visitas de Eva

Durante toda a narrativa, *Eva* retoma o passado em meio a relatos do presente nos quais o filho já se encontra em privação de liberdade. Apesar do crime de Kevin, que cometeu o homicídio de colegas de turma, professores, o próprio pai e a irmã mais nova, a mãe não o abandonou durante o julgamento, assim como nunca faltou nenhuma visita agendada.

Por várias semanas, as visitas não passaram de sucessões de silêncio, na qual Kevin continuava desafiando a mãe. *Eva*, resoluta, sustentava o silêncio junto com a responsabilidade pelo filho, sendo este o único membro vivo de sua família, bem como o seu carrasco. Em uma das visitas, Kevin questiona a persistência da mãe, uma vez que ele nunca acreditou que ela o faria depois de tudo o que aconteceu. Kevin explora os limites de *Eva* desde pequeno e, como em uma batalha particular, a mãe contra-ataca.

“Você pode enganar os vizinhos, os guardas, Jesus e a sua mãe gagá com essas visitas de mãe boazinha, mas a mim você não engana. Continue com isso, se quer uma estrela dourada. Mas não precisa arrastar a bunda até aqui por minha causa.” Depois acrescentou: “Porque eu odeio você.” (Eva, p.49)

De modo que, em vez dessas frases feitas, eu disse, no mesmo tom informativo: “Em geral eu também odeio você, Kevin”, e me virei para ir embora. (Eva, p.50)

Eva gastou, assim como *Eva Um*, tudo o que tinha para pagar advogados e arcar com as altas despesas do julgamento do filho. Precisou vender a casa da família e se desfazer de vários bens. Mudou-se para uma casa menor e, considerando que Kevin algum dia sairia do encarceramento, também lhe reservou um quarto. A ambivalência da relação de mãe e filho se acentua com o decorrer das visitas. *Eva* oscila entre fazer o que é melhor para ele e o que é melhor para ela, bem como entre amar ou odiá-lo.

Em um dos relatos endereçados diretamente ao pai de Kevin, *Eva* conta como percebia que para ela a maternidade não era ambivalente, sua indisposição estava bem clara desde o princípio.

Não é verdade que eu me sentisse “ambivalente” a respeito da maternidade. Você queria ter um filho. Eu não. Tudo somado, até parecia uma ambivalência, mas, mesmo formando um casal que era realmente o máximo, não éramos uma mesma pessoa. (Eva, p. 60)

Em dado momento, Kevin a questiona sobre a ausência de desejo por seu nascimento e *Eva* apenas confirma tudo aquilo o que sempre demonstrou através de gestos. A linguagem, para a criança, sempre esteve clara, mas uma vez que os dois se encontraram em uma posição de confronto, as palavras se manifestaram como o agente de um discurso até então latente.

“Você nunca quis me ter, não é mesmo? Você achava que sim”, disse ele. “Depois mudou de idéia.”

“Eu achava que precisava de uma mudança. Mas ninguém precisa de uma mudança para pior.” Kevin se sentiu vitorioso, pelo visto. Durante anos ele me provocara para ser maldosa. Eu permanecera factual. Apresentar as emoções como fatos — coisa que elas são — proporciona uma defesa frágil. (Eva, p.61)

A mãe admite que enfim estava respondendo às provocações de Kevin, quem pedia que ela fosse maldosa. Com isso, Kevin chega a uma revelação que poderia lançar luz sobre um dos principais questionamentos de Eva e da sociedade. Afinal, o que o levou a fazer o que fez? De certo, por mais que o jovem respondesse a essa pergunta diretamente, a resposta não poderia ser completa, pois se trata de uma questão complexa e multifatorial. Ainda assim, suas palavras sugerem uma direção.

“Ser mãe foi mais difícil do que eu imaginava”, expliquei. “Eu estava acostumada a aeroportos, paisagens marítimas, museus. De repente, lá estava eu, confinada sempre nos mesmos poucos aposentos, eu e o Lego.”

“Mas eu fiz o possível”, disse ele, com um sorriso que se abriu sem vida, como se puxado por ganchos, “para manter você entretida.” (Eva, p.61)

Kevin fez o possível para manter a mãe entretida. Entende-se que ele também fez o possível para conseguir a atenção dela. Em Freud, compreende-se através do narcisismo primário e secundário que a criança só aprende a investir afeto no outro quando o recebe desse mesmo outro primordial, no caso, a figura materna, tratando-se de um investimento narcísico saudável. Sem o investimento, o sujeito adentra ao mundo da linguagem com uma dívida a ser paga, em privação. Essa dívida, cedo ou tarde é cobrada e, quando não há quem pague, cabe a sociedade recebê-la.

Eva é uma personagem complexa que se mostra tão pluridimensional como as mães entrevistadas, levantando pontos de convergência e divergência, e se mostrando repleta de conteúdos passíveis de uma ampla discussão psicanalítica. Assim como as mães, *Eva* traz em si toda a ambivalência da maternidade e o conflito diante de um filho em conflito com a lei. A partir do entendimento de que não existe uma mãe perfeita ou ideal e de que todas as mães estão diante de uma missão impossível, o próximo tópico aborda as limitações de *Eva* e suas reflexões à luz de uma discussão proposta por Serrurier (1993), psicanalista francesa que contesta a noção idealizada de que exista uma mãe inteiramente boa.

5. Eva: um elogio às mães más

Catherine Serrurier (1993) confronta a idéia de uma mãe ideal através da declaração de que toda mãe é má. Mas não somente no sentido da perversão. A autora monta um recorte histórico no qual em diferentes épocas são relatados atos considerados condenáveis de mães em relação aos filhos. Ela classifica diferentes níveis de mães más, dando exemplos e pontuando o que chega a ser exagero ou não, para então desconstruir o mito da mãe boa.

Eva é condenada pela sociedade por defender o filho judicialmente depois de tudo o que ele fez e por ter sido a principal responsável por ele. Assim como *Eva Dois*, que foi confrontada pelo juiz diante de sua responsabilidade de educar e instruir o filho para o que é socialmente aceito, *Eva* lida com o estigma de que o erro do filho reflete a falha da mãe. Diante desse peso, *Eva* retoma o momento do nascimento do filho e o sentimento que poderia denunciá-la.

No momento mesmo em que ele nascia, associei nosso filho com minhas próprias limitações — não só com o sofrimento, mas também com a derrota. (Eva, p.80)

Serrurier (1993) afirma que os mitos fazem parte do nosso patrimônio cultural, mas um deles, profundamente enraizado, prejudica todas as mulheres. O mito da *Boa mãe*. Um mito que subentende que toda mãe só pode ser boa. Ele sempre foi eficaz no nível dos costumes familiares e na distribuição dos papéis, tornando-se indispensável à sobrevivência do grupo. A sociedade deposita uma grande expectativa sobre a mulher e a função materna. Com uma angústia fruto desse fardo, *Eva* relata a vergonha que sentiu quando a médica sugeriu que o filho recusava o seu leite.

No entanto ela também sugeriu que, como o desinteresse de Kevin pelo meu peito continuava, talvez eu estivesse sofrendo de um sentimento de rejeição. Enrubesci. Constrangeu-me a possibilidade de estar levando a sério as obscuras predileções de uma criatura tão minúscula e informe. (Eva, p.87)

A mãe má é um objeto de tabu, de unânime reprovação. Até os filhos abandonados querem acreditar na imagem da mãe boa, inventando desculpas para essa mãe, apesar de tudo, idealizando-a, mas a negam caso a encontrem e ela se revele sórdida e má, pois é impossível aceitar essa realidade. (SERRURIER, 1993). Esse estereótipo apenas contribui para reforçar a distância entre algumas mães e seus filhos, uma vez que as primeiras não podem ser sinceras. *Eva* diz que Kevin parecia perceber o desconforto que ela sentia e o retribuía com a sua recusa.

Na verdade, acabei me convencendo de que nossa trouxinha de felicidade tinha descoberto meu jogo. As crianças têm uma intuição fantástica, porque a intuição é mais ou menos tudo o que têm. Tenho certeza de que, quando eu o pegava no colo, ele detectava um certo enrijecimento em meus braços que abria o jogo. (Eva, p.88)

Em uma passagem que faz muita referência à dificuldade de comunicação entre as mães entrevistadas, *Eva*, e seus filhos, Serrurier (1993) fala que se a mãe está passando por problemas com adolescentes e lembrar as circunstâncias do nascimento do filho não foram as melhores (como exemplo gravidez indesejada), é melhor que ele saiba. Nesse caso, a verdade não se trata de uma rejeição, mas de uma forma de demonstrar respeito, pois dessa forma o filho terá muito mais chance de se desculpabilizar da tensão existente entre ele e os pais.

Eva não conseguia ser sincera com o marido sobre a maternidade. Ela sempre viu o filho como um terceiro na relação a dois que a seu ver já estava perfeita. Kevin era um estranho. Dessa forma, ela

nunca se dispôs a vê-lo como um bebê, mas sim como uma ameaça, um símbolo de sua “deficiência” diante da sociedade e do marido: não querer ser mãe.

Porém Kevin também me deprimia, e eu estou falando de Kevin e não do bebê. Desde o comecinho, aquela criança sempre foi particular, para mim, ao passo que você muitas vezes perguntava Como vai o garoto? Ou Como está o meu menino? ou Cadê o bebê? Para mim, ele nunca foi “o bebê”. (Eva, p.89)

Sem conseguir aceitar o próprio filho, *Eva* era incapaz de provê-lo com afeto o suficiente, e o marido a culpava cada vez mais por isso. Por causa de suas dificuldades enquanto mãe, a relação de *Eva* com o marido também foi prejudicada, e sem o apoio deste, ela passou para o filho a responsabilidade por sua insatisfação, culpabilizando-o cada vez mais. Em uma passagem, *Eva* mostra uma conversa que teve com seu filho bebê, sob recomendação de uma babá, conversa esta na qual ela apenas depositou suas frustrações sobre a criança.

“A Siobhan acha que eu devia conversar com você”, falei com malícia, por sobre o escarcéu. “E com quem mais eu conversaria, já que você espantou a moça? Isso mesmo, você tanto berrou e vomitou que ela se foi. Qual é o problema com você, seu merdinha? Está satisfeito, agora que arruinou a vida da mamãe? “Tive o cuidado de usar aquele insípido tom de falsete que os especialistas recomendam. “Você até pode ter enganado o papai, mas a mamãe sabe muito bem qual é a sua. Você é um merdinha, não é?” (Eva, p.105)

Esses relatos fortes e sinceros mostram como *Eva* estava despreparada para o papel que aceitara por imposição. O fato é que a sociedade impõe a maternidade a todas as mulheres, sem considerar que nem todas as mulheres o desejam. Não há como dissociar uma mãe sem desejo de um filho indesejado e os efeitos que um tem sobre o outro. *Eva*, sem preparo algum, despeja no filho ainda bebê tudo aquilo o que ele representa de ruim para ela.

“A mamãe era feliz antes que o Kevin mijão viesse ao mundo, você sabia disso? E agora a mamãe acorda todo dia querendo estar na França. A vida da mamãe agora é uma droga, você não acha que a vida da mamãe é uma droga? Você sabia que em certos dias a mamãe preferia estar morta? Para não escutar você guinchar nem mais um minuto, tem dias em que a mamãe gostaria de pular da ponte do Brooklyn...” (Eva, p.105)

Grandes autores sempre repetem que a educação é impossível e que não há como seguir uma regra geral, pois não existe tal coisa, bem como Freud já disse a uma mãe que lhe pedia conselhos que fizesse o que fosse seria algo ruim. Se há tantas mães más no mundo isso quer dizer que o vírus é transmissível e se multiplica de mãe para filha (SERRURIER, 1993). Mas algumas mães são mais más do que outras.

Eva em alguns momentos é retratada como uma mãe exageradamente má, beirando o patológico, diferentemente das mães entrevistadas, mas em outros momentos ela demonstra ter os

mesmos conflitos e deveres que as demais, dificultando que julgamentos de valores a condenem sem com isso também condenar todas as mães do mundo.

No fim das contas, também é para o próprio filho que a mãe se sente culpada, e sempre de forma inexplicável, o que só aumenta a sua angústia. A mãe é culpada de mil formas por não ser a mãe perfeita dos mitos, por não fazer tudo pelos filhos, por não saber evitar doenças, culpada porque toda literatura explica que as mães não têm mais o direito de não se saírem bem. Serrurier (1993) declara que toda essa culpa é a inimiga número um da maternidade feliz.

Questionada de uma vez por todas sobre o porquê de tudo o que aconteceu com o filho, Eva chega a uma conclusão elucidativa.

“Uma última coisa.” Seu pai tocou meu braço quando eu atravessava a porta e, de novo, fez o tipo de pergunta do qual fugira a vida inteira. “Você entende por quê?”

Receio que minha resposta só teria contribuído para curá-lo de tais curiosidades, porque as respostas quase nunca são satisfatórias. (Eva, p. 139)

Se há respostas, elas nunca são satisfatórias. Em seus conselhos às jovens mães, Winnicott diz que ela conseguirá amar melhor o filho ao se sentir segura, mas fará maravilhas se ela se amar um pouco, reconhecer suas próprias qualidades e se colocar em ação (SERRURIER, 1993). Sendo assim, reconhecer se quer ou não adentrar no país estrangeiro da maternidade e sustentar essa posição, apesar da demanda social e conjugal, já é um grande passo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando inicialmente proposta, a presente pesquisa teve como objeto entrevistar mães de adolescentes em conflito com a lei diante de uma tentativa de encontrar no discurso dessas mães pontos de convergência ou divergência que pudessem de algum modo justificar as condutas infracionais dos menores. Esse desejo partiu da leitura proporcionada por Shrivell, em *Precisamos Falar Sobre o Kevin*, uma vez que é justamente esse o tipo de reflexão que Eva, a personagem da mãe, levanta no decorrer da obra.

Eva, a mãe que deu origem aos estudos sobre maternagem aqui realizados, tentou através de cartas justificar por que razão seu filho de quinze anos, Kevin, havia cometido o assassinato em massa de vários colegas de classe. Nessa tentativa, Eva trouxe dados sobre a gestação, sobre o desenvolvimento do filho, sobre a sua própria relação com este, a fim de elaborar o que poderia ter ocasionado esse comportamento. Foi interessante constatar que as mães aceitaram a proposta de debater sobre esses mesmos períodos da vida do filho, prolongando-se ou não em cada um deles, orientadas por uma mesma coisa: o desejo de falar a respeito.

Uma vez que a entrevista utilizada tenha sido estruturada a partir dos relatos de Eva, esperava-se sim encontrar algumas convergências e divergências no discurso das mães voluntárias, mas não da forma como – principalmente as convergências – foram, de fato, constatadas, considerando que a personagem era norte americana e inserida em outro contexto social e econômico. Esse dado aponta para um fator significativo que esteve presente no discurso das três mães “Evas” voluntárias e da Eva personagem, que seria a tentativa de encontrar o seu posicionamento diante da situação do filho.

Esse posicionamento sofreu variações na medida em que foram percebidos os mecanismos de defesa adotados pelas mães. Algumas mães assumiram e delimitaram o que seria de sua responsabilidade no acontecido, na criação do filho, já outras encontram no outro uma causalidade de maior significação. Sem querer apontar culpados, percebemos que a busca pela justificativa se estende para muito além da relação da mãe com o filho, direcionando a todo o momento para a relação da mãe com uma mãe anterior, para a relação conjugal, para a relação do filho com o pai, com amigos, em suma, para todas as relações de desejo e de falta.

REFERÊNCIAS

- BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil**. Rev. psicopedag., São Paulo , v. 28, n. 85, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2014.
- CHABERT, C. **Os homens não querem se curar: resistências na psicanálise**. J. psicanal., São Paulo , v. 39, n. 70, jun. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 abr. 2014.
- CHVATAL, Vera Lúcia Soares; BÖTTCHER-LUIZ, Fátima; TURATO, Egberto Ribeiro. **Respostas ao Adoecimento: Mecanismos de Defesa utilizados por mulheres com síndrome de Turner e variantes**. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo , v. 36, n. 2, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000200001&lng=en&nrm=iso>. acessos em 12 Jul. 2014.
- COUTINHO, J. G. D. ; DAGORD, M. R. L. ; CERVO, G. M. ; JANOVÍK, M. . **Análise da Estrutura do Sujeito Psíquico em Comparação com Dois Personagens Literários**. Psicologia Argumento (PUCPR. Impresso), v. 27, p. 35-43, 2009.
- ESCOBAR, Vanessa Mendes Cardoso. **Um Estudo Sobre a Função Materna na Constituição de Sujeitos Precocemente Atingidos por Deficiência Orgânica**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu - Universidade Veiga de Almeida, 2012.
- ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Representações e práticas educativas de mães referentes a filhos atendidos pelo Conselho Tutelar**. Psicol. estud., Maringá, v. 14, n. 1, Mar. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000100017&lng=en&nrm=iso>.access on 07 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100017>.
- FARIAS, Cynthia Nunes de Freitas; LIMA, Glaucineia Gomes de. **A relação mãe criança: esboço de um percurso na teoria psicanalítica**. Estilos clin., São Paulo , v. 9, n. 16, jun. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282004000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2014
- FREUD, S., (1937) **Análise terminável e interminável** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GALLO, A. E., & WILLIAMS, L. C. A. (2005). **Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para conduta infracional**. Psicologia: Teoria e Prática, 7(1), 81-95.
- GAUER, Gabriel José Chittó, VASCONCELLOS, Silvio José Lemos, DAVOGLIO, Tércia Rita. **Adolescentes em conflito: violência, funcionamento antissocial e traços de psicopatia**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- GLOBO.COM “Unidades de internação de menores estão superlotadas”, diz promotor <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/04/unidades-de-internacao-de-menores-estao-superlotadas-diz-promotor.html> (acessado em 07/04/2013)

GOMES, Fernando Grilo. **A Relação Entre os Mecanismos de Defesa e a Qualidade da Aliança Terapêutica em Psicoterapia de Orientação Analítica de Adultos: Um Estudo Exploratório**. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

JOST, M. C. **Por trás da máscara de ferro: as motivações do adolescente em conflito com a lei**. Bauru, SP: Edusc, 2006

KAMMERER, P. **Adolescentes na violência: meditações educativas e cuidados psíquicos**. Tradução Procopio Abreu – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2011.

MANZINI, E. J. . **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. Anais. Bauru: USC, 2004. v. 1. p. 1-10.

MEZÊNCIO, Márcia de Souza. **Metodologia e Pesquisa em Psicanálise: uma questão**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, p. 104-113, 2004.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Édipo em Freud: o movimento de uma teoria**. Psicol. estud., Maringá , v. 9, n. 2, Aug. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000200008&lng=en&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2014.

PETRACCO, M. M. .**O adolescente em conflito com a lei: o que a psicanálise tem a dizer?**. In: IV Congresso da Federação Latinoamericana de Psicanálise e Psicoterapias Psicanalíticas, 2007, Porto Alegre. Anais do IV Congresso da Flappsip, 2007. v. IV.

PINTO, E. B. **A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica**. Psicologia USP (Impresso), São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-82, 2005.

SERRURIER, C. **Elogio às mães más**; [tradução de Sonia Goldfeder]. São Paulo: Summus, 1993.

SHRIVER, Lionel, 1957 - **Precisamos falar sobre o Kevin** / Lionel Shriver ; tradução de Beth Vieira e Vera. Ribeiro. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2007.

VIEIRA, R. A. G., CALDAS JR, A. F. de, SIQUEIRA, G. R. **Violência em adolescentes: uma realidade marcada por determinações socioculturais, econômicas e familiares**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

WINNICOTT, D.W. **A família e o desenvolvimento individual**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

XAVIER, Rejane Botelho Teodoro; FERREIRA, Cláudio Vital de Lima e PARAVIDINI, João Luiz Leitão. **Adolescentes em conflito com a lei: função materna e a transmissão do nome do pai**. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2011, vol.11, n.1, pp. 41-64. ISSN 1518-6148.

ANEXOS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa:

PRECISAMOS FALAR COM EVAS: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA NARRATIVA DE MÃES DE ADOLESCENTES INFRATORES

Pesquisadora Responsável: Raquel Almeida de Castro

Orientadora da Pesquisa: Jéssica Nayara Cruz Pedrosa

Convidamos a Sra. a participar de uma pesquisa que objetiva uma análise comparativa, através do seu relato pessoal e do relato de outras voluntárias, da narrativa de mães de filhos em conflito com a lei. As entrevistas serão realizadas em uma sala nas dependências do CSPA (Centro de Serviços de Psicologia Aplicada) da UFAM. A sua história será gravada, transcrita, e analisada, porém, o seu nome será mantido em sigilo. Você terá o direito de interromper as entrevistas a qualquer momento, além de ter acesso aos resultados após a sua conclusão, se este for o seu desejo. A Sra não terá despesas e também não receberá remuneração.

Para obter outros esclarecimentos sobre os procedimentos da pesquisa, a professora Raquel Almeida de Castro da UFAM estará à disposição no telefone: (92) 3647-4369 / Faculdade de Educação, endereço: Rua General Rodrigo Otávio, 3000 - Coroado II – Campus da Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Educação – Departamento de Psicologia.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____,

portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo órgão _____, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expressei meu consentimento para minha inclusão como participante da pesquisa. Fui informado(a) que meu número de registro na pesquisa é _____ e recebi cópia deste documento por mim assinado.

Assinatura do(a) Participante Voluntário(a)

Impressão Dactiloscópica

(para quem ainda não sabe escrever)

Assinatura da Responsável pela Pesquisa

Data

ANEXO II:

Universidade Federal do Amazonas
Faculdade Psicologia
Curso de Psicologia

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Dados de identificação

Nome: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Escolaridade: _____ Religião: _____

2. Questionário

- 1) Como foi o momento que antecedeu a gestação de seu filho? Comente sobre a relação com o pai, a decisão ou não de engravidar; e como foi recebida a notícia da gravidez.
- 2) Descreva o primeiro ano de vida de seu filho. Apresentou problemas durante o parto e/ou primeiros meses de vida? Chorava bastante/pouco? Como era a relação com o bebê?
- 3) Seu filho apresentou alguma dificuldade para controlar os esfíncteres? Com quantos anos parou de usar fraldas?
- 4) Como era a sua relação conjugal durante os primeiros anos de vida de seu filho? E a relação do filho com o pai? Como era a participação deste na criação do filho? Fale a respeito.
- 5) Tem irmãos? Se sim, quantos? Qual a diferença de idade? Como era a relação do filho com os irmãos?
- 6) Frequentou a escola? Se sim, com quantos anos ingressou na escola? Como foi dada esta inserção? Houve dificuldade ou facilidade de adaptação?
- 7) Com quantos anos entrou na puberdade (foi percebido o amadurecimento sexual do corpo e o interesse por parceiros amorosos)? Sabe-se sobre as experiências afetivas e/ou sexuais do filho? Se sim, comente sobre elas.
- 8) Quando e de que forma o filho começou a se envolver com problemas com a lei? Foi apresentada alguma razão e/ou motivação para o ato, qual?
- 9) Antes da primeira infração cometida, foi percebido qualquer comportamento que levasse a crer na possibilidade do ato? Se sim, qual e em que momento?
- 10) Comente sobre a atual situação de seu filho. Em sua opinião, o que o levou à prática do delito, qual a concepção do mesmo sobre a sua condição, e como se dá a interação durante as visitas?

ANEXO III:

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Precisamos Falar Com Evas: Uma Análise Psicanalítica da Narrativa de Mães de Adolescentes Infratores

Pesquisador: Raquel Almeida de Castro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 15740013.0.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Faculdade de Psicologia

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 304.966

Data da Relatoria: 12/06/2013

Apresentação do Projeto:

A ascensão da criminalidade juvenil tem protagonizado discussões em diversos países, no Brasil o índice de adolescentes internos em centros de atendimento socioeducativo para menores é alarmante. O presente estudo se propôs a realizar uma análise psicanalítica, através da abordagem qualitativa, da narrativa de quatro mães de adolescentes em conflito com a lei internados em centros socioeducativos, buscando pontos de convergência entre elas, e identificando os mecanismos de defesa utilizados. As quatro entrevistas serão semiestruturadas. Depois de transcritas, serão analisadas por meio da Análise de Conteúdo de Bardine, então, correlacionadas com a narrativa de Eva, do livro Precisamos Falar Sobre o Kevin. Os dados obtidos a partir disso serão comparados, discutidos, e analisados à luz da teoria psicanalítica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as narrativas de mães de adolescentes em conflito com a lei e suas representações sobre o desenvolvimento dos filhos e a construção de justificativas para a condição dos mesmos.

Objetivo Secundário:

Analisar, a partir da abordagem psicanalítica, os discursos de quatro mães de adolescentes em conflito com a lei, que cumprem pena em regime fechado, levantando pontos de convergência, e

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

dificuldades comuns no processo de educação e desenvolvimento dos filhos; Identificar os mecanismos de defesa adotados pelas mães na abordagem dos delitos dos filhos; Correlacionar as narrativas das mães com a narrativa da personagem de Eva do livro Precisamos Falar Sobre o Kevin, de Lionel Shriver (2003).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A Resolução 196/96 CNS-MS prevê que pesquisas com seres humanos podem apresentar danos e riscos imediatos ou futuros aos sujeitos pesquisados. Visto isso, avalia-se que os riscos aos participantes das atividades em questão serão mínimos e podem configurar-se como constrangimentos aos entrevistados. Sendo assim, ressalta-se que os pesquisadores responsáveis asseguram o compromisso de atender a todas as exigências éticas, abrangendo a coleta e análise dos dados adquiridos.

Benefícios:

A presente pesquisa auxiliará no aprofundamento de estudos sobre a incidência de jovens em conflito com a lei atualmente, considerando-os em toda a sua subjetividade enquanto sujeitos, a partir da narrativa das mães.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo dispôs-se a fazer uma análise comparativa do discurso narrativo de quatro mães de adolescentes em conflito com a lei, com o discurso da personagem de Eva do livro Precisamos Falar Sobre o Kevin (SHRIVER, 2003), segundo a abordagem Psicanalítica, buscando identificar pontos de convergência, possíveis problemáticas, e os mecanismos de defesa utilizados pelas mesmas para justificar as infrações cometidas pelos filhos. Desse modo, será realizada uma pesquisa qualitativa, através da utilização de entrevistas semiestruturadas, e a Análise de Conteúdo de Bardin (2009).

Serão considerados critérios de inclusão: a) ser mãe de um adolescente infrator que esteja internado em regime fechado em um centro socioeducativo; b) Ter idade igual ou superior a 25 anos; c) Aceitar participar voluntariamente da pesquisa; c) Concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- folha de rosto-Adequada, assinada pelo Diretor em Exercício
- 2- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-Adequado

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br

3- Instrumento de coleta de dados-Adequado

4- Cronograma- adequado

5- Orçamento- adequado

Recomendações:

Incluir no texto do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que a Mãe, sujeito-participante da pesquisa, pode desistir da pesquisa a qualquer momento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa apresenta relevância social, atende a Resolução CNS 196/96 e Complementares.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 14 de Junho de 2013

Assinador por:
MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br

